



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA

JANETTE JEAN CORRÊA DE ASSIZ

**A DISSEMINAÇÃO DA INFORMAÇÃO POR MEIO DOS MUSEUS: O CASO DO  
MUSEU DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**

BELÉM  
2017

JANETTE JEAN CORRÊA DE ASSIZ

**A DISSEMINAÇÃO DA INFORMAÇÃO POR MEIO DOS MUSEUS: O CASO DO  
MUSEU DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Biblioteconomia do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia.

Orientadora: Profa. Dra. Marise Teles Condurú.

BELÉM

2017

### Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

---

A848a Assiz, Janette Jean Corrêa de

A disseminação da informação por meios dos museus: o caso do Museu do Tribunal de Justiça do Estado do Pará / Janette Jean Corrêa de Assiz; orientadora, Marise Teles Condurú. -- 2017.

62 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Faculdade de Biblioteconomia, Curso de Biblioteconomia, Belém, 2017.

1. Disseminação da Informação. 2. Patrimônio Histórico-cultural. 3. Museu. 4. Museologia. 5. Tribunal de Justiça do Estado do Pará. I. Janette Jean Corrêa de Assiz. II. Condurú, Marise Teles, orient. III. Título.

CDD (22 ed.): 025.84

---

JANETTE JEAN CORRÊA DE ASSIZ

**A DISSEMINAÇÃO DA INFORMAÇÃO POR MEIO DOS MUSEUS: O CASO DO  
MUSEU DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Biblioteconomia do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia.

Orientadora: Profa. Dra. Marise Teles Condurú.

Data de aprovação: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Banca Examinadora:

---

Profa. Marise Teles Condurú - Orientadora  
Dra. em Ciências do Desenvolvimento Socioambiental  
Universidade Federal do Pará

---

Prof. Hamilton Vieira de Oliveira - Membro  
Dr. em Ciência da Informação  
Universidade Federal do Pará

---

Prof. Lucivaldo Vasconcelos Barros - Membro  
Pós-Dr. em Ciência da Informação  
Universidade Federal do Pará

À minha família, que sempre me apoiou  
nesta jornada, com eles a caminhada foi  
mais suave.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus, pois ele é fonte de fé, que nos fortalece e nos renova a cada dia, me dando sabedoria na tomada de decisões e força para vencer todos os desafios.

Aos meus pais que me ajudaram a ser a pessoa que sou hoje, dando-me a base e incentivos para chegar até aqui. Amo vocês.

Às minhas filhas Josanne e Jessika e meu neto Gustavo que se privaram da minha presença para que eu alcançasse meu objetivo. Amo vocês.

Ao meu esposo Afonso, que me apoiou e incentivou, com seu amor, carinho e compreensão, pela segunda vez. Amo-te.

Às minhas colegas de curso, Danielle Castro e Christiane Newar que me ajudaram, nos estudos e pesquisas, compartilhando do mesmo aprendizado, ao Taly Ruby parceiro de equipe de trabalhos. Muito obrigada.

À Universidade Federal do Pará, pela oportunidade de realizar mais um sonho, ter uma nova graduação em nível superior.

À Profa. Dra. Marise Teles Condurú, minha orientadora, que com todas as dificuldades, contribuiu bastante para que eu pudesse concluir o meu trabalho, com sua atenção e dedicação. Muito obrigada.

À uma pessoa em especial, Cacilda Pinto que também me ajudou a chegar ao final deste trabalho. Muito obrigada.

A todos que de uma forma direta ou indiretamente me ajudaram nessa difícil caminhada, para que eu chegasse até aqui. Muito obrigada.

“Viver num mundo sem tomar consciência do significado do mundo é como vagar por uma imensa biblioteca sem tocar os livros”.

(Dan Brown).

## RESUMO

Estudo da disseminação da informação por meio dos museus, diante da experiência vivenciada como estagiária na Biblioteca do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJE/PA), através dos eventos realizados, com os projetos da Visita Guiada e do Museu sobre Rodas, do Museu do TJE/PA, no desempenho da função, como instituição preservadora da memória viva e disseminadora da informação em favor do conhecimento. Procura-se uma forma para compreender como os projetos do Museu fazem essa disseminação e o modo de entendimento. Diante disso, foi realizada uma pesquisa documental e bibliográfica, com várias informações, definições e conceitos que abordam a temática em questão. Por meio do estudo sobre os museus, observa-se sua evolução na sociedade e sua atuação como instituição de forma educativa e cultural, tendo como elementos a disseminação da informação e a museologia. Investigou-se como esse conhecimento é disseminado para a sociedade, através de seus eventos e serviços de cunho social, que divulgam a história do poder judiciário. Depreende-se que os projetos do Museu do TJE/PA têm relevante importância como disseminadores da informação, conseguindo alcançar seus objetivos como difusores do conhecimento, ressaltando a sua função social, exercendo um papel educativo como instituição mantenedora do patrimônio histórico-cultural.

**Palavras-chave:** Disseminação da Informação. Patrimônio Histórico-cultural. Museu. Museologia. Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

## ABSTRACT

Study of dissemination of information through museums. In view of experience as a trainee in the court of justice library of State of Pará (TJE/PA). Through the performed events, with the projects guided tour and the museum on wheels, of TJE/PA museum. In the performance of the function, as a preserving institution of living memory and disseminating information for knowledge. A way for understand how the museum projects make this dissemination and the means of understanding. On this, a documental and a bibliographic research was realized, with many informations, definitions and concepts that approach the subject in question. Through the study of museums, it is observed the evolution on society and the performance as an educational and cultural institution, having as elements the dissemination of information and museology. Invesgated how this knowledge is disseminated to the society, through the events and the social services, that publish the judicial Power history. It appears that the projects of the TJE/PA museum have a relevant importance as disseminators of information, obtaining their objectives as diffusers of knowledge, emphasizing the social function, exerting a educational role as a supporting institution of historical-cultural patrimony.

**Keywords:** Dissemination of information. Historical-cultural patrimony. Museum. Museology. Court of justice of the State of Pará.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Fotografia 1	- Galeria de Ex-Presidentes do TJE/PA.....	39
Fotografia 2	- Atual Sede do Poder Judiciário - TJE/PA.....	41
Fotografia 3	- Atual Sede Administrativa do Museu -TJE/PA.....	42
Fotografia 4	- Página do Museu no Site do Portal do Poder Judiciário.....	44
Fotografia 5	- Historiadora e palestrante do Museu - TJE/PA.....	47
Fotografia 6	- Acadêmicos de direito e servidores do TJE/PA.....	48
Fotografia 7	- Alunos e servidores na escadaria do TJE/PA.....	49
Fotografia 8	- Idosos e servidores na escadaria do TJE/PA.....	50
Fotografia 9	- Ônibus do Museu sobre rodas - TJE/PA.....	52
Fotografia 10	- Acervo dentro do ônibus do Museu sobe rodas.....	52
Fotografia 11	- Visitante como Deusa da Justiça - TJE/PA.....	53

## LISTA DE SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CNM	Cadastro Nacional de Museus
IBRAM	Instituto Brasileiro de Museus
ICOM	Conselho Internacional de Museus
ICOFOM	Comitê Internacional de Museologia
SBN	Sistema Brasileiro de Museus
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TJE/PA	Tribunal de Justiça do Estado do Pará
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>2</b>	<b>DISSEMINAÇÃO DA INFORMAÇÃO</b> .....	15
<b>2.1</b>	<b>Um contexto histórico e o conceito</b> .....	15
<b>2.2</b>	<b>Disseminar a informação através dos Museus</b> .....	19
<b>2.3</b>	<b>Disseminação da informação por meio do patrimônio histórico cultural</b> .....	20
<b>3</b>	<b>MUSEUS</b> .....	24
<b>3.1</b>	<b>A história dos museus e a museologia</b> .....	24
<b>3.2</b>	<b>O processo de organização das informações nos museus</b> .....	28
<b>3.3</b>	<b>Museus como espaços de educação</b> .....	29
<b>3.4</b>	<b>Museus da cultura patrimonial aos sistemas de informação</b> .....	31
<b>3.5</b>	<b>Função social dos museus</b> .....	33
<b>3.6</b>	<b>Museus brasileiros</b> .....	35
<b>3.6.1</b>	<b>Contexto histórico</b> .....	35
<b>4</b>	<b>ESTUDO DA DISSEMINAÇÃO DA INFORMAÇÃO DO MUSEU TJE/PA</b> ..	38
<b>4.1</b>	<b>A história do Tribunal de Justiça do Estado do Pará</b> .....	38
<b>4.1.1</b>	<b>Contexto histórico do Museu do TJE/PA</b> .....	41
<b>4.2</b>	<b>Disseminação da informação do Museu do TJE/PA</b> .....	44
<b>4.3</b>	<b>Os projetos do museu do TJE/PA</b> .....	45
<b>4.3.1</b>	<b>Visita guiada</b> .....	47
<b>4.3.2</b>	<b>Museu sobre rodas</b> .....	50
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	55
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	57

## 1 INTRODUÇÃO

Nesta pesquisa percebe-se que os Museus como disseminadores da informação, deixaram de ser um espaço somente para se guardar documentos e objetos antigos, hoje esses espaços, conseguem fazer a preservação da história e difusão do conhecimento.

A museologia é hoje praticada e também compartilhada como um serviço na vida das pessoas, que procuram por registros antigos e novos, preservando assim, esta memória. No dia 14 de janeiro de 2009, foi instituído o Estatuto do Museu, sob a Lei nº 11.904, e no dia 20 de janeiro de 2009, foi criado o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), com a assinatura da Lei nº 11.906, para administração dos direitos, deveres e obrigações, relacionados aos museus em todo País. Pelo então presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva.

No caso do Museu do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, por meio de seus projetos como: o Museu sobre rodas e a Visita guiada, onde estes por sua vez cumprem seu papel de informar e, conseqüentemente, levar o conhecimento junto à sociedade, da história viva da Justiça Paraense. Entretanto, cabe apresentar como é realizada sua organização, armazenamento, para disseminação da informação, por meio dos museus, junto à sociedade. Neste caso, como fazer para levar essas informações às pessoas, que o Museu do TJE/PA, possui um acervo de grande valor, entre documentos e mobiliários. Diante desta situação, surgem questionamentos descritos a respeito dos dados, acerca desta disseminação da informação, para aqueles que buscam pela história.

O interesse pelo tema vem da reflexão de que, com o passar dos tempos à história precisa ser preservada, para que a sociedade futura possa ter conhecimento de seu passado e suas origens, isto é, a função dos museus, que tem como objetivo, conservar a memória coletiva, de um passado que as pessoas, do presente e futuro, precisam conhecer.

No caso do Museu do TJE/PA, que foi criado e inaugurado, no dia 8 de dezembro de 1971, pelo então Desembargador Agnano de Moura Monteiro Lopes, com o intuito de preservar uma história que tem um riquíssimo acervo onde podemos encontrar além de documentos um mobiliário que vem desde implantação da Justiça Paraense, guardando assim a memória viva deste acervo.

Assim, por meio deste estudo, pretende-se mostrar a importância do Museu do TJE/PA, e sua contribuição para a sociedade, como fonte de informação, para a preservação da história. Portanto, pretende-se analisar como os Museus organizam essas informações e as formas de disseminação das mesmas, para demonstrar como ocorre essa organização, verificando como os projetos do Museu do TJE/PA, são desenvolvidos para difusão do conhecimento.

Pelo exposto, tem-se como objetivo geral, analisar a disseminação da informação que o Museu possui, junto à sociedade. Para isso, os objetivos específicos são os seguintes: a) analisar os museus como organizações integradas com a história para a disseminação da informação; b) demonstrar como ocorre a organização e disseminação das informações dos museus; c) verificar se os projetos o Museu sobre rodas e a Visita guiada do Museu do TJE/PA, conseguem difundir sua história; d) analisar as formas de disseminação da informação do Museu do TJE/PA, nos projetos o Museu sobre rodas e a Visita guiada.

Nesse trabalho, o segundo capítulo trata da disseminação da informação, por meio de tópicos, que começa por um contexto histórico e conceito, depois, vem como disseminar a informação através dos Museus, a disseminação da informação pelo patrimônio histórico cultural, todos com os serviços e sistemas seletivos de informação, diante do avanço tecnológico. Enquanto que o terceiro capítulo, esta voltado para as instituições museológicas, através de tópicos que contam a historia dos museus e a museologia, tendo hoje os Museus como espaços relacionados à educação, depois os Museus da cultura patrimonial aos sistemas de informação e a função social dos Museus, temos também os Museus brasileiros, com um sub-tópico do contexto histórico. Hoje os museus deixaram de ser espaços com artefatos empoeirados, havendo uma interação com os visitantes, tornando-se espaços de educação e lazer na preservação do patrimônio histórico cultural.

No quarto capítulo as pesquisas estão voltadas para a análise do Estudo da disseminação da informação do Museu do TJE/PA, com seus tópicos e sub-tópicos, contando a história do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, ou seja, da Justiça Paraense e como é feita a Disseminação da informação do Museu do TJE/PA, fazendo uma análise dos projetos do museu do TJE/PA, que está dividido em: Museu sobre rodas e a Visita guiada.

A metodologia utilizada como fundamento teórico para este trabalho foi uma pesquisa documental e bibliográfica, através de um levantamento bibliográfico, com

fontes primárias e secundárias referentes ao tema pesquisado, dentre as primárias podemos citar: livros, periódicos, anais de congresso, dissertações, teses e documentos suportes eletrônicos, e entre as secundárias estão: Portal de Periódicos da Capes, Brapci, entre outras bases de dados on-line. O tratamento metodológico dos documentos, observado neste trabalho, reporta à disseminação da informação por meio dos museus e sua função social, que destacaremos neste trabalho, onde, "sublinhando projetos internacionais de diferentes países como um exemplo pertinente a refletir" (OLIVEIRA, 2013, p. 2).

Essa pesquisa caracteriza-se como sendo um estudo de caso, destacando que a pesquisa não deve ser qualitativa nem quantitativa. "[...] o estudo de caso requer múltiplos métodos e fontes para explorar, descrever e explicar um fenômeno em seu contexto" (YIN apud LIMA, 2012, p. 132).

Diante deste contexto, a pesquisa bibliográfica foi efetuada com seleção dos materiais da pesquisa, estudo de textos para criação de um referencial teórico, onde, possibilitou uma melhor compreensão, sobre a disseminação da informação sobre os museus, através da educação e sistemas tecnológicos nas instituições museológicas.

## **2 DISSEMINAÇÃO DA INFORMAÇÃO**

Estudar qual a importância dos museus como disseminadores de informação, para a pesquisa científica, mais direcionada ao Museu do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, através de análises documentais de seus projetos, como objeto de estudo para este trabalho. Onde para muitos os museus não possuem a memória, da história de um povo, eles também funcionam como fontes de informação para que se encontre o conhecimento, garantindo assim, que gerações tanto do presente, quanto do futuro possam ter acesso a essas pesquisas realizadas em várias épocas.

### **2.1 Um contexto histórico e o conceito**

A disseminação da informação acontece desde a antiguidade, com o objetivo de levar o conhecimento para a sociedade, por meio de gravuras, objetos e também documentos, que de alguma forma foram preservados, para que tivéssemos acesso à história, no desenvolvimento do conhecimento humano, através de fatos e acontecimentos da época, sendo que os primeiros livros produzidos foram gravuras em tábuas de argila e também quando surgiram as primeiras bibliotecas da antiguidade e desta forma fazendo-se, uma difusão informacional.

Na idade média é que se começa de fato a escrita, onde são utilizados diversos materiais e surgem os primeiros livros em papel, tornando-se um suporte de informação muito importante, para história e sua disseminação. Os registros bíblicos foram os documentos mais importantes desse período e os mesmos estão na Bíblia Sagrada que através de seus Evangelhos e outros livros, mostram que a palavra de Deus esta direcionada ao homem, onde, seus autores relatam todos os lugares e acontecimentos vivenciados naquela época, sendo de muita importância a sua disseminação entre os povos com a sua tradução (OLIVEIRA, 2009, p. 117).

Para Oliveira (2009, p. 119):

Os registros sendo espalhados para serem disseminados, eles precisavam e precisam ser usados para brotar leituras e daí novos conhecimentos. Isto porque, disseminar pode ser visto como tornar pública a produção de conhecimentos gerados e organizados, em diversos tipos de formatos e em várias áreas do conhecimento humano. O uso da informação passa

introduzir mudanças no comportamento e surgimento de serviços a serem oferecidos.

Deste modo, todos os documentos que são produzidos em vários formatos, devem ser organizados, através de diversos serviços para a qualificação dos mesmos, assim sendo, fazendo uma disseminação seletiva da informação, de modo que alcance todas as áreas do conhecimento humano e que o mesmo seja oferecido a toda sociedade, que busca pela informação de forma acessível. Neste sentido:

O fluxo da informação entre os estoques ou espaços de informação e os usuários perneiam dois critérios: o da tecnologia da informação que almeja possibilitar o maior e melhor acesso à informação disponível e o critério da Ciência da Informação, que intervém para, também, qualificar este acesso em termos das competências para assimilação da informação, como sendo uma condição, que deve ter o receptor da informação acessada: elaborar a informação para seu uso, seu desenvolvimento pessoal e dos seus espaços de convivência (BARRETO, 2002, p. 20).

Diante do processamento da informação, a mesma é armazenada, processada e recuperada para então ser disseminada, só assim, podemos levar o conhecimento à sociedade para que a mesma tenha o conhecer e o saber, entende-se que, “[...] através dos diversos suportes, seja impresso ou através das tecnologias, onde, são armazenados o conhecimento do indivíduo para a sociedade, serve como alerta e estudo para a construção do novo conhecimento” (OLIVEIRA, 2000, p. 122).

Com a evolução dos tempos e o avanço tecnológico a sociedade informatizada, também acompanhou esse meio eletrônico, fazendo uso destes recursos de acesso para o conhecimento, facilitando assim a comunicação e a troca de informação entre as pessoas com o mundo globalizado.

Carvalho (apud SOUZA; CARVALHO, 2006, p. 117) utiliza o conceito da palavra disseminação como sendo:

A disseminação, do latim *disseminatore*, quer dizer – ato ou efeito de disseminar e dispersão, difusão, distribuição, vulgarização, entre outras denominações, visa a organização de um sistema corrente de informação. Trata-se de um processo que reúne pessoas e serviços, o autor da informação, os pesquisadores em busca da informação, os indexadores, os serviços de divulgação, o fornecimento dos documentos e o usuário.

Para Lara e Conti (2003, p. 2), não existe um conceito exclusivo para informação, pois isso depende do contexto em que ela se encontra e varia de acordo

como ela é escolhida e utilizada, sendo assim, a palavra informação está dentro de uma abordagem e pode ser caracterizada como: processo, conhecimento e acontecimento cada uma com o seu significado.

Segundo Barreto (1998, p. 122):

A estrutura da relação entre o fluxo de informação e o público a quem o conhecimento é dirigido vem se modificando com o tempo, como uma função das diferentes técnicas que operam na transferência da informação do gerador ao receptor. O fluxo em si, uma sucessão de eventos, de um processo de mediação entre a geração da informação por uma fonte emissora e a aceitação da informação pela entidade receptora, realiza uma das bases conceituais que se acredita ser o cerne da ciência da informação: a geração de conhecimento no indivíduo e no seu espaço de convivência.

Com a globalização e o avanço tecnológico, onde os sistemas de informação tornaram-se necessários, para que essa informação fosse organizada, disseminada e recuperada, de forma mais eficaz e rápida, o profissional da informação precisou também se capacitar.

Segundo Cianconi (1990, p. 132):

A explosão da informação e o impacto da tecnologia foram de tal monta que provocaram uma cisão na maneira de encarar os sistemas de recuperação de informações em linha: podem ser vistos com um lado mais voltado para o conteúdo e para o uso e outro mais voltado para a engenharia, como se fossem entidades distintas, e não duas faces da mesma moeda.

Para Souto (2010, p. 75), os serviços de disseminação tornaram-se necessários diante de uma demanda de busca pela informação, de modo mais acessível e eficaz, onde. “O desenvolvimento tecnológico trouxe benefícios para os serviços de disseminação seletiva de informações, como, por exemplo, a ampliação da escala de usuários atendidos e da cobertura dos recursos informacionais”.

Souto (2010 apud KUHLTHAU, 1999, não paginado) referencia os sistemas de informação como o princípio da certeza:

A incerteza é um estado cognitivo que frequentemente provoca sintomas afetivos de ansiedade e falta de confiança. Incerteza e ansiedade podem ser esperadas nas primeiras fases do processo de busca de informação. Os sintomas afetivos de incerteza, confusão e frustração são associados vagos e não claros pensamentos sobre um tópico ou pergunta. Como o estado de conhecimento muda para pensamentos mais claramente focados, uma mudança paralela ocorre em relação ao sentimento de um aumento de confiança. Incerteza deve-se à falta de compreensão, uma lacuna no sentido ou construção limitada ao iniciar o processo de busca de informação.

Com os sistemas de informação, toda sociedade é beneficiada, através de pesquisas para saber, qual a necessidade do usuário que busca pelo conhecimento, de uma forma a atingir a todos da comunidade e fazendo assim, a disseminação desta informação.

Para Carvalho (1987, p. 44):

Através de sistemas de informação, é possível estudar o contexto social uma vez que a informação gerada deve ser em nível relacional, ou seja, ter o indicativo da sociedade. Constrói-se a partir daí, um verdadeiro sistema de informação cujo feedback se reverte em favor da própria comunidade.

Nos sistemas de informação é fundamental o conhecimento sobre os esquemas de transmissão da informação, onde, as mensagens precisam está conectadas com o sentido da informação e presente na teoria da comunicação. Através do processo de comunicação, a mensagem é composta por um sistema simbólico, então, para Souto (2006, p. 62) “é evidente a necessidade de um certo cuidado ao se representar a informação. Se diferentes pessoas utilizam o sistema, ele deve procurar atender às diferentes demandas em seus diferentes níveis de compreensão/absorção da mensagem”.

Para Souto (2006, p. 62):

De forma mais simples, o que pretendemos explicitar é que a mensagem precisa ser ‘construída’ de forma compreensível e para que tal compreensão seja efetiva é necessário respeitar a origem, os laços sociais, a cultura e o contexto no qual se insere o indivíduo que faz uso do sistema de informação. Dentro de um processo de comunicação, portanto, atenção especial deve ser dada ao signo. Este é usado para transmitir uma informação, ou seja, permitir que alguém possa conhecer o que outro já conhece.

Diante destas informações, os sistemas de informação de uma forma geral, são de grande importância para se desenvolver uma disseminação seletiva da informação, de forma clara e precisa também, é necessário fazer um bom planejamento desses serviços, como mencionado por Souto (2010, p. 91) “o processo de planejamento é cíclico uma vez que após realizar o acompanhamento (avaliação) há necessidade de, periodicamente, refazer/revisar o diagnóstico e realizar as melhorias necessárias que poderão impactar as demais etapas”.

## 2.2 Disseminar a informação através dos Museus

A disseminação da informação está associada com a produção, seleção e organização destes documentos, que ao longo do tempo precisam ser conservados, para que seja preservada sua história, onde a busca pelo conhecimento, se faz através de serviços de disseminação da informação em diversos formatos, como por exemplo, os Museus. Para que se tenha mais confiança no que for acessado, precisa-se fazer uma filtragem sobre o que é disponibilizado, dando assim, garantias aos usuários que buscam pela informação, visando o êxito nos serviços de divulgação e aproveitamento das mesmas.

Para Lara e Conti (2003, p. 26):

Disseminar informação supõe tornar público a produção de conhecimentos gerados ou organizados por uma instituição. A noção de disseminação é comumente interpretada como equivalente à de difusão, ou mesmo de divulgação. Assume formas variadas, dirigidas ou não, que geram inúmeros produtos e serviços, dependendo do enfoque, da prioridade conferida às partes ou aos aspectos da informação e dos meios utilizados para sua operacionalização.

Esta disseminação através das instituições tem por finalidade preservar esses documentos ou objetos antigos, elas podem ser as Bibliotecas, os Museus entre outras. Diante desta situação, no caso dos Museus, todo documento e objetos guardados com os acontecimentos de época, que contam a história de um povo, precisam ser preservados e organizados, para que a sociedade presente e futura possa ter acesso a estas informações, por meio da disseminação das mesmas.

No caso dos Museus, esta disseminação acontece de várias maneiras, hoje diante dos avanços tecnológicos e tendo uma estrutura, que abrange públicos de diversas partes do mundo, através de seus sistemas de disseminação e serviços disponibilizados, por meio do uso da internet, com seus sites, blog entre outros, é a melhor ferramenta para se atingir todo tipo de usuário, fazendo assim a divulgação de seus eventos como exposições.

Para Vieira (2011, não paginado):

Estas Unidades de Informação, através de processos de digitalização, microfilmagem e da criação de sistemas automatizados, puderam de forma simples e precisa disponibilizar informações para um contingente maior de pessoas, que anteriormente teriam que vim buscar estas informações em

loco, mas que agora podem acessar diretamente da internet tudo o que necessitam.

Segundo alguns autores, a qualidade dos serviços oferecidos pela internet, aumenta o nível de confiança para a comunicação museológica, diante das tecnologias que o mundo globalizado vem oferecendo, os museus também fazem uso destas ferramentas, realizando em parte uma boa gestão.

Para Barbosa, Porto e Martins (2012, não paginado):

Os museus têm continuamente buscado formas de aprimorar sua capacidade de comunicação, para inserir o público nas ações museológicas no contexto da organização e da gestão. O interesse em disseminar a informação museológica, ampliando a capacidade de comunicação dos museus, é a inclusão social à qual o processo de construção do conhecimento se dá na prática social, nos espaços museais. Para tanto, é fundamental dotar os museus com recursos e materiais compatíveis com demandas que se apresentam, respeitados competências específicas e limites estabelecidos.

Apesar dos sistemas de informação serem um pouco complexos para a área da museologia, eles são de grande importância, para que se possa fazer, uma exploração dessas informações contidas nos museus, por diversos meios de comunicação social de forma associada, onde “O Sistema de Informação cria ambientes organizados para transmissão de informação e [...] ativando o pensamento humano para direcionar o percurso no sistema” (BARBOSA; PORTO; MARTINS, 2012, não paginado).

### **2.3 Disseminação da informação por meio patrimônio histórico cultural**

O ser humano perante sua história organiza e analisa todas as informações de tudo que se produz ou dos acontecimentos vivenciados por uma sociedade, através de várias épocas, tem uma memória que precisa ser preservada, para que se mantenha viva a tradição cultural de todo um povo, por meio de seus documentos históricos. Isto acontece quando estas informações são organizadas e disseminadas de geração para geração.

Para Ramos (2007, não paginado):

Se a informação é a mola propulsora da nossa sociedade e, conseqüentemente, de nossa cultura, argumentamos que os centros culturais, sendo espaços criados com a finalidade de se produzir e se

pensar a cultura, tornam-se o território privilegiado da ação cultural e da ação informacional na Sociedade da Informação e do Conhecimento.

Em meio a esse universo, o homem aprendeu a organizar e dar valor a memória coletiva, com recursos e mecanismos desenvolvidos, para preservação e disseminação do conhecimento, que pudesse acompanhar a passagem do tempo e todas as transformações que o mundo passa.

Para Vieira (2011, não paginado):

Os documentos históricos são a representação materializada desta memória e por isso devem ser preservados e disseminados de forma segura, através de recursos que não venham causar nenhum prejuízo ao suporte em que estejam registrados, ou a própria essência do documento, bem como a característica do papel, da escrita e os desenhos que este documento possa ter.

Em toda a sua história, o homem buscou preservar o patrimônio histórico cultural de um povo, desde seus antepassados, onde, os mesmos deixaram gravados em suas moradias, um pouco dos acontecimentos daquela época, como por exemplo, as cavernas. Com o passar dos tempos, essas civilizações se consolidaram, evoluindo e se transformando, “[...] para serem vários tipos de materiais frutos do papel, quanto nos locais de guarda que se dividiram após mudanças no contexto cultural e tecnológico da humanidade em arquivo, biblioteca e museu” (VIEIRA, 2011, não paginado).

Para Silva, Lemos e Monteiro (2014, p. 75):

Nesse sentido, a produção do conhecimento histórico refuta a interpretação acerca do cultural através de abordagens essencialistas, que dividem de forma rígida cultura erudita e popular. Essa polarização surgiu em meados do século XVIII, através do conceito de ‘folclore’, como ‘saber do povo’, demarcando as fronteiras entre as manifestações culturais das elites sociais e aquelas difundidas entre a maioria da população.

Com as interrogações dos saberes e dos poderes, faz-se um estudo da história, mais também é necessário fazer uma análise e descrição histórica das práticas culturais de modo efetiva e natural na organização dos arquivos e pela guarda de documentos-monumentos, onde:

[...] pela apropriação da cultura e pelo arquivamento da memória, em narrativas que selecionam quais acontecimentos devem ser alvo de cuidado e perpetuação – e quais não. Essa seleção é fruto de um olhar valorativo,

que avalia culturalmente as práticas, para torná-las documentos-monumentos ou não (SILVA; LEMOS; MONTEIRO, 2014, p. 78).

Segundo Botelho (2001, p. 74), diante das dimensões da cultura, onde a mesma divide-se em antropológica e sociológica, sendo que ambas tem igual importância, mais estratégias diferentes, na dimensão antropológica, precisa-se de uma política e que haja nas estruturas sociais e nos recursos econômicos. Enquanto que na sociológica é em âmbito especializada, com a intenção de construir determinados sentidos e de alcançar algum tipo de público, através de meios característicos de expressão.

Para Botelho (2001, p. 74):

Neste caso, há um circuito que, por ser socialmente organizado, é mais visível e palpável. Ao contrário da cultura na dimensão antropológica, aqui é mais 'fácil' planejar uma interferência e buscar resultados relativamente previsíveis. Trata-se de expressão artística em sentido estrito. É nesse espaço que se inscreve tanto a produção de caráter profissional quanto a prática amadorística. É aqui também que existe todo o aparato que visa propiciar o acesso às diversas linguagens, mesmo como prática descompromissada, mas que colabora para a formação de um público consumidor de bens culturais.

Diante do desenvolvimento e divulgação generalizada das tecnologias na sociedade informacional, está transformando a informação em instrumento de mediação entre o homem e a realidade, portanto, cultura e informação estão interligadas, para Ramos (2007, não paginado), "os centros culturais, instituições criadas para se produzir, elaborar e disseminar práticas culturais e bens simbólicos ganham, assim, o status de local privilegiado para práticas informacionais que dão subsídio às ações culturais".

Preservar a história tem grande significado para as comunidades em geral, isto tudo está associado à educação patrimonial, tendo em vista que o patrimônio cultural contribui para se verificar as variadas formas de produção do conhecimento em diversos tempos, constituindo assim, a história e seus ensinamentos, preservando a memória se valoriza a identidade e a cidadania cultural de um lugar e tempo para o passado, presente e futuro, onde, "[...] participar do processo de reconhecimento, valorização e preservação do patrimônio. Conhecer a história local colabora no processo de construção da identidade, fundamental para o exercício da cidadania" (HACK, 2013, p. 37).

Hack (apud DIAS, 2006, p. 73), uma das características mais relevantes do patrimônio é:

Ser tomado como referência para a construção de identidades culturais pelas mais diversas estruturas sociais e mesmo pelos cidadãos, em nível individual, de forma a converter-se no capital simbólico da sociedade. Esse fator é um elemento social de grande caráter subjetivo e, como tal, esteve exposto a importantes manipulações em função de determinados interesses, de fundo político ou ideológico, para justificar alguns fatos históricos, reclamar territórios ou explicar teorias de fundo nacionalista, entre outras.

Nesse contexto o patrimônio histórico e cultural, precisa ser preservado para que a sociedade mantenha viva a memória de um povo, em épocas diferentes e mantendo assim, sua identidade cultural, através da educação e disseminação do conhecimento, para gerações futuras.

### 3 MUSEUS

Diante de um contexto histórico o museu tem início já na Antiguidade, com os objetos e documentos, que o povo da época colecionava e depois na Idade Média, com os artistas que produziram obras de grande valor histórico e cultural, hoje com as instituições museológicas, estes artefatos podem ser preservados e com a disseminação da informação, por meio das tecnologias e as mídias sociais, eles podem proporcionar a produção do conhecimento em diversas áreas, levando a informação a toda sociedade em geral.

#### 3.1 A história dos museus e a museologia

Durante muito tempo a história de uma sociedade, ficou perdida perante um acervo muito grande entre documentos, monumentos e objetos, com o surgimento dos Museus esses problemas foram resolvidos, com espaços institucionais criados para classificar, guardar, conservar e disponibilizar essas informações, para quem busca pelo conhecimento, assim sendo, resgatando e preservando a memória viva de um passado histórico e cultural, de uma época para outra. Segundo o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), encontramos um significado para Museus:

Os museus são espaços de tradução, da fusão de horizontes, de encontro entre os diferentes olhares. Essas casas da memória são realização humana do desejo de encontro. Desejo esse de construir os fatores que nos fazem pertencer, existir, ou seja, são locais da sensibilidade, das emoções que os suportes de memória possibilitam (GUIA DE MUSEUS BRASILEIROS, 2011, não paginado).

Os museus surgiram por volta do século XVII, o primeiro museu da era moderna foi o Ashmolean Museum, criado pela universidade de Oxford, no ano de 1683, mais já na antiguidade, algumas civilizações já colecionavam seus objetos, que de certa mostrava indícios de uma cultura a ser preservada, principalmente na idade média com os artistas da época, através de suas obras e também a criação dos teatros. O *Theatrum Memoriae* insere-se nessa linguagem, mas enraizando-se, também, nas artes da memória da Antiguidade e da Idade Média, que propunham a articulação de imagens a lugares e espaços, para assegurar a rememoração (MENESES, 2013, p. 15).

Para Sandy (2011, não paginado):

Embora a palavra *museion* tenha origem na Grécia antiga, os museus surgiram com a prática do colecionismo na Idade Média e somente alguns séculos depois essas coleções passaram a ser visitadas, mas apenas por um público seletivo. É após a Revolução Francesa que a maioria dessas instituições tornou-se bem do Estado, visando a formação de cidadãos conscientes de sua história. Tais instituições sofreram mudanças ao longo de sua existência, buscando seu aprimoramento, na maioria das vezes, de acordo com as necessidades sociais. Uma das bases de estudo dos museus é a memória social.

Com a museologia, foi possível ter uma maior dimensão sobre os museus, diante de serviços executados, para uma melhor divulgação dos seus acervos, através de uma administração e manutenção, e também, com organização de exposições e eventos nesses espaços na valorização da cultura. Com isso, os museus deixaram de ser um espaço apenas para se guardar, grandes quantidades de documentos e objetos, para desempenharem um papel importante na interpretação da cultura e na educação do homem, fortalecendo deste modo, a cidadania e a importância à diversidade cultural, proporcionando assim, uma melhor qualidade de vida.

Segundo Lima (2012, p. 33), a comunicação científica está diretamente relacionada com as investigações nesta área ao longo tempo, e aplicada também a museologia, onde, “[...] também contempla a linguagem documentária aplicada à área da Museologia, por se tratar de instrumento mediador na relação que se estabelece entre a demanda e a oferta de fontes de consultas”.

Por meio de apoio aos estudos teóricos da Museologia e do Patrimônio, ambos vêm se destacando, diante da teoria comunicativa da terminologia e socioterminologia, teoria da economia dos campos e poder simbólico, Direito e Ciência da Informação, através dos museus e patrimônio cultural. Segundo Lima (2012, p. 33):

A forma e o sentido cultural construídos para criar e estabelecer a ideia de ‘preservação’ e ‘transmissão’ do bem consolidaram a base do pensar e do agir que se identifica no conceito de Patrimônio, seja na condição de elemento musealizável ou quando já se apresenta musealizado, isto é, sob a forma de Museu.

Para Loureiro (2003, p. 89), no século XX nos Estados Unidos, dois novos conceitos foram incorporados no que diz respeito ao mundo das instituições

museológicas científicas, o museu de ciência e o centro de ciência, para difundir a ciência e os produtos tecnológicos. Entretanto, existe diferença entre os dois, o museu de ciência configura-se como instituição voltada à preservação, gestão e difusão da história, de uma sociedade e sua cultura, desenvolvidas através dos tempos, por meio de exposição museológica, enquanto os centros de ciência são instrumentalizados em um só espaço e promovem a cultura científica e a tecnologia para a sociedade em geral.

Loureiro (2003, p. 89):

Embora funções e papéis dos museus científicos e dos centros de ciência venham sendo explorados, a literatura acerca da instituição em apreço, em sua maior parte, tende a fazer referências ao museu de ciência e aos centros de ciência como fenômeno único, tornando por vezes dificultosa a tarefa de delimitação de seus territórios. Acreditamos, em face dos autores consultados, na tendência à interpenetração de ambos os espaços como nos denominados *science centrum*.

Diante destas informações os museus, o patrimônio histórico cultural e a museologia estão interligados, através dos museus científicos e dos centros de ciência, em prol da preservação da memória viva de uma comunidade, em épocas diferentes e com a tecnologia, fazendo assim, a comunicação entre membros de uma sociedade.

A partir do século XIX são criados os museus etnológicos com a finalidade de estudar e investigar a origem de seus documentos e objetos, além de preservar o patrimônio histórico cultural e expor suas coleções, também tornando esses espaços para pesquisa científica e ensino, declarando seu caráter público.

Para Schwarcz (2013, p. 131):

É só a partir do XIX que são criados os museus de etnografia: instituições dedicadas à coleção, preservação, exibição e estudo de objetos materiais. O primeiro centro desse gênero, de caráter ainda não estritamente antropológico, foi o British Museum, fundado em 1753, contando com um acervo ampliado das explorações do Capitão Cook. No entanto é no XIX que o movimento se amplia com a criação de instituições como o Museu etnográfico de São Petesburgo (1836), o National Museum de Leiden (1837), Peabody Museum (1866), além de várias escolas de arqueologia e etnologia [...].

Nesse contexto, os museus etnográficos expandem suas pesquisas, que acompanham toda essa evolução de uma cultura, de características europeias do que foi ou é produzido, em prol da memória de um povo e sua condição de vida.

Segundo Pereira (2012, p. 73):

Hoje em dia, um museu é um elemento cada vez mais fundamental não só na transmissão e preservação de conhecimentos, como também na dinamização social e regional. Neste artigo, decidimos partir do ponto de vista do visitante e abordar alguns museus em Portugal que se apelidam de etnográficos. Geralmente, um Museu Etnográfico realça e divulga um conjunto de práticas e saberes que faziam, e fazem, parte da identidade de um conjunto de pessoas. Se, por um lado, alguns saberes ainda estarão presentes na sociedade, outros podem ser conhecidos por uma minoria ou mesmo já ter sido abandonados e esquecidos.

Durand (apud PEREIRA, 2012, p. 74): “Tradicionalmente, os Museus de Etnografia eram associados à exposição de objetos, por vezes descontextualizados, que retratavam e representavam determinadas facetas de um grupo social”. Segundo Gonçalves (apud PEREIRA, 2012, p. 74):

Atualmente, estes museus têm a possibilidade de serem não só espaços culturais de recordação e de exposição crítica, mas também entidades com um papel relevante na transmissão de variados conhecimentos, que podem contribuir para a formação e para o reforço da identidade local.

A definição de museu evoluiu, de acordo com o desenvolvimento da sociedade. No ano de 1946, foi criado o Conselho Internacional de Museus (ICOM), instituição vinculada à UNESCO que contribui para as transformações em torno dos museus no mundo todo, inclusive no Brasil. Para os membros do ICOM as práticas éticas exemplares dos profissionais dos museus são essenciais para o desempenho de um bom trabalho. Por isso houve uma adaptação no *Código de Ética para Museus*:

[...] foi adoptada em 1986 e revista em 2004. Ela estabelece os valores e princípios compartilhados pelo ICOM e da comunidade internacional de museus. Trata-se de uma ferramenta de referência traduzida em 38 línguas e que estabelece padrões mínimos de prática profissional e desempenho para os museus e seu pessoal (ICOM).

Com o passar dos tempos, várias transformações ocorrem nas instituições museológicas, principalmente em relação aos tipos de acervos, que hoje estão presentes em várias áreas do conhecimento, tornando os mesmos, uma fonte de educação e lazer. Em 1961, o conceito é ampliado, e o ICOM passa a reconhecer como museu “toda instituição que apresente os conjuntos de bens culturais com o fim de conservação, estudo, educação e deleite” [...] (CARVALHO, 2008, p. 21).

O Comitê Internacional de Museologia (ICOFOM) foi criado em 1977, é responsável pela pesquisa, estudo e divulgação dos fundamentos teóricos da museologia como uma disciplina científica independente e analisa as principais tendências em museologia contemporânea.

Para Carvalho (2008, p. 23), as regras do documento constitutivo do ICOFOM, foram estabelecidas por Jan Jelínek um de seus fundadores, que deu ao novo Comitê um caráter científico, dirigindo os trabalhos a serem desenvolvidos para o estudo da Museologia, como disciplina científica. Segundo Sofka (apud CARVALHO, 2008, p. 23), “o primeiro encontro do ICOFOM ocorreu em Moscou, em 1977, na 12ª Conferência Geral do ICOM. A partir de então o novo Comitê passou a realizar encontros anuais, de acordo com as normas do ICOM para os comitês internacionais”.

O Comitê Internacional de Museologia (ICOFOM) é composto por membros de todos os continentes, que lidam com as funções específicas de museus e seu papel social. Organizando estudiosos de diferentes países, para garantir trocas significativas entre os profissionais. Com documentários e publicações:

Além disso, o ICOFOM reuniu um amplo documentário corpus teórico através de uma grande série de publicações: ICOFOM Series Study (ISS), que, ao longo de mais de trinta anos de produção contínua, é a maior coleção de biblioteca em museologia existente até a atualidade.

Para alguns autores deve-se ter o cuidado com o que se traduz neste caso sobre a tradução para o ICOM/ICOFOM ambos internacionais, porque dependendo do meio que se utiliza para traduzir pode acontecer de se perder a essência dos textos.

### **3.2 O processo de organização das informações nos museus**

Os museus tem em sua organização, uma gestão administrativa, composta por uma diretoria que é assessorada por um profissional técnico, responsável por tudo aquilo que o museu tem a oferecer a sociedade. Esta coordenação é realizada através de várias atividades relacionadas com a administração do museu, com espaços para a diretoria e exposição do acervo para uma melhor disponibilização das informações, onde, [...] o Setor Técnico é responsável pela pesquisa e

assessoria: museólogos, artistas plásticos, historiadores e outros técnicos especializados (COSTA, 2006, p. 23-30).

Para aquisição do acervo do museu é importante:

[...] A documentação de um objeto pode ser composta por cartas, recibos de compra ou venda anterior, cópia de testamento do doador que se incorporará ao arquivo documental. - Na compra de um objeto pelo museu, é necessária a apresentação de faturas, recibos ou outros documentos que comprovem a realização da transação comercial. - As peças coletadas em expedições científicas e arqueológicas e que posteriormente se integrem ao acervo do museu, deverão conter todas as informações do local onde foram recolhidas (COSTA, 2006, p. 33).

Para que esta gestão tenha êxito é necessária uma boa organização administrativa, para isso é imprescindível seguir as seguintes etapas: Aquisição (coleta, doação, legado, empréstimo, compra e permuta); Arrolamento (lista, inventário); Registro ou inventário; Classificação; Catalogação (fichas); Pesquisa. Na organização das informações, os museus administram seus espaços na preparação dos eventos que a instituição oferece a toda comunidade, através de seus serviços como na montagem de seus eventos e exposições para atender as necessidades dos usuários que buscam pelo conhecimento, através de visitas monitoradas e animação cultural.

### **3.3 Museus como espaços de educação**

Durante muito tempo, os Museus estão relacionados com a cultura de uma sociedade, através da exposição de documentos, objetos e o patrimônio histórico cultural de uma comunidade, desde então estes espaços, tornaram-se locais de educação e lazer. Segundo Paula (2012, p. 20):

Vemos por meio da literatura da área, que os museus sempre estiveram relacionados à educação e cultura. Basta comparar o período histórico e ver que os museus transformaram em suas atividades e concepções, mas sempre se deram como espaço de conhecimento, educação, cultura, ou melhor, um espaço de relação, de mediação.

Segundo Oliveira (2013, p. 8), existe uma outra situação, tanto de baixa relevância, como de pouca participação. Em alguns países, a Educação Artística e Cultural é insuficientemente apoiada e inacessível. Por isso:

Esta inacessibilidade pode ser provocada por várias razões, como altos custos, falta de conteúdo cultural, isolamento geográfico, exclusão e/ou baixa qualidade. A educação artística e a educação cultural ideal deveriam encorajar elevados níveis de participação e oferecer um programa que fosse por si só de alta qualidade com elevadas taxas de relevância. (OLIVEIRA, 2013, p. 8).

Os museus científicos são considerados espaços educacionais. Neles as experiências vividas, vão além do momento de diversão. Vários programas e projetos educativos são gerados, com base em modelos sociais e culturais. Seleções de parte da cultura produzidas são realizadas com o intuito de torna-la acessível ao visitante, onde, como em qualquer organização educacional, processos de recontextualização da cultura mais ampla se processam possibilitando a socialização dos saberes acumulados [...] (MARANDINO, 2013, p. 173).

Para Marandino (2013, p. 174):

Com relação às especificidades pedagógicas dos museus, a questão da brevidade do tempo é destacada, já que este é onipotente na escola. Ao contrário, no museu, apesar do tempo também ser essencial para as estratégias de comunicação, 'ele é muito breve se considerarmos os minutos que cada visitante concede a um objeto, a um tema, durante uma visita que poderá ser a única de sua vida' (Ibid). Este tempo é determinado tanto pela concepção da exposição como pelo animador/mediador da mesma.

Os museus como instituições, que tem em sua gestão conservar, estudar e a valorização da cultural, com o objetivo de levar a informação ao público em geral, através da educação e cultura, por meio da disseminação e mediação da informação, de um grande patrimônio histórico cultural como: coleções de objetos artísticos, históricos, científicos e técnicos como também os jardins botânicos, zoológicos e aquários. Todos oferecidos à comunidade que busca pelo conhecimento.

Para Pereira (2012, p. 76):

Os serviços educativos do museu, para além de organizarem as visitas guiadas às exposições e Galerias, contextualizando os objetos, privilegiam o público escolar. Por exemplo, prestam apoio a projetos escolares e organizam atividades que visam orientar os jovens na compreensão e exploração dos objetos e dos espaços do museu, relacionando-os com os interesses das diferentes áreas profissionais e de saber.

Para Moraes (2014, não paginado), através da Ciência da Informação, a divulgação científica está associada a uma organização de conceitos, que estão

mais ou menos relacionados, então, entre eles podemos citar: difusão científica, disseminação científica, vulgarização científica, popularização da ciência, cultura científica, alfabetização científica e educação científica. Fazendo a utilização de cada uma dessas noções é estudada conforme o campo de conhecimento de referência e seu objeto de estudo.

Para Moraes (2014, não paginado):

Percebemos, a partir dessas definições, que a operação sobre a linguagem é considerada fundamental nas ações de divulgação, a fim de ampliar as possibilidades de leitura e interpretação por parte de diferentes grupos. Ademais, a preocupação em promover a aproximação do público com 'princípios, produtos e implicações da atividade científica' aponta uma tentativa de contextualização da prática científica diante das representações e outras práticas sociais, políticas, culturais, etc., que fazem parte do cotidiano das pessoas.

Neste contexto, os museus tornaram-se disseminadores da informação, onde, essas instituições deixaram de ser só um espaço, com objetos e documentos antigos, muitas vezes sem informações de origem, hoje esses espaços tornaram-se lugares de lazer e educação, alcançando assim, diversas áreas do conhecimento, histórico e cultural de uma sociedade, transformando a vida cultural de um povo.

### **3.4 Museus da cultura patrimonial aos sistemas de informação**

Hoje os museus tornaram-se grandes espaços culturais, diante de um grande patrimônio histórico e por meio da disseminação da informação, levando ao conhecimento do público a realização dos seus eventos de cultura e lazer, fazendo assim, a construção de uma sociedade, mais rica em conhecimento em busca da história viva de toda uma comunidade, tanto local, quanto de diversas partes do mundo, a relação entre o indivíduo e a sociedade acontece quando:

O fenômeno museu configura-se espaço institucionalizado de memória, o qual se inter-relaciona com o indivíduo e a sociedade por meio do processamento e exposição dos bens culturais concretos e simbólicos que originam o patrimônio cultural. Assim considerando, o fenômeno museológico resgataria para o indivíduo o passado, de modo a prover um campo de significações que permita a ele e à sociedade uma contínua redefinição de sua experiência histórica e sociocultural. Não importando sua tipologia, o museu, enquanto espaço de memória social, vincula-se sempre à criação de princípios de identidade por meio de instrumentalizações técnicas e teóricas exercidas sobre os elementos culturais e naturais com que, ao menos em tese, indivíduo e sociedade se identificam e/ou concebem como próprios (LOUREIRO, 2003, p. 88).

Segundo Lima e Carvalho (2013, p. 89), diante dos estudos de cultura material, o colecionismo é um tema inesgotável, para a compreensão do papel a que se estruturam os artefatos, ou seja, os objetos, documentos e imagens, cumprem na criação e reprodução de categorias sociais e psíquicas para a vida em sociedade. Pesquisas entre colecionadores têm demonstrado como a prática de reunir artefatos seguindo regras próprias e construção de suportes, como laços afetivos ou mudanças sucessivas de natureza da vida.

Para Lima e Carvalho (2013, p. 90):

Os museus e arquivos, ao abrigar artefatos de toda ordem, tornaram-se poderosos colecionadores. Colecionismo institucional e privado compartilham procedimentos que orientam a produção de sentidos em torno da definição biográfica de seu titular. Em outras palavras, a coleção alimenta e molda formas de identidade as mais diversas, desde aquelas de estrutura nacional até outras, de natureza individual e afetiva. O colecionismo é, por isso, uma plataforma estratégica quando se trata de entender aspectos da reprodução das relações sociais. Para tanto é preciso historicizar as práticas da curadoria que estão na origem de coleções privadas tornadas institucionais.

O estudo histórico do Patrimônio começa no final do século XVIII. Diante dos acontecimentos o período é da Revolução Francesa, em decorrências dos episódios, através das transformações sociais e políticas, que estão presentes nos dias atuais. Nesta ocasião, dimensionando assim, um conceito que se pudesse entender o termo Patrimônio.

Lima (2012, p. 33):

O contexto do Patrimônio ainda apresenta modulações que lhe foram sendo agregadas, especialmente do século XIX em diante. E em razão da constituição formal dos campos do conhecimento que, por meio das suas formulações de ordem teórica e prática, desenharam 'fronteiras', limites de proteção, estabelecendo suas zonas de atuação; os exemplares tangíveis do Patrimônio, além dos tradicionais modos de indicação 'histórico' e 'artístico' atribuídos, foram sendo nomeados conforme as representações dos conhecimentos que os identificavam, determinando-os como objeto do seu tratamento especializado.

Os sistemas de informação tornaram-se mais integrados, diante dos avanços tecnológicos e os diversos tipos de mídias, com isso tornando mais organizados os ambientes de comunicação, para acesso à informação, com ajuda da internet na navegação, auxiliando no uso do sistema. Na sua complexidade para

a museologia, nos seus sistemas estão inclusos: documentação museológica, informações visuais, fotos, vídeos e simulações. Assim, ampliando essa fonte de informação que os museus possuem e apresentando seus documentos em suporte informacional.

Para Barbosa, Porto e Martins (2012, não paginado):

Os recursos tecnológicos para desenvolvimento do Museu - Sistema de Informação englobam técnicas desenvolvidas na Ciência da Informação nas áreas de organização, representação e recuperação da informação. Dentro do campo da Museologia, os Sistemas de Informação têm como um dos propósitos apresentar o acervo da instituição por meio do acesso remoto.

Os museus através da cultura desenvolveram estratégias, que visam não só alcançar a sociedade local e sim abranger a comunidade mundial, através das tecnologias e os serviços oferecidos pelos sistemas de informação. Hoje os museus contam, com diversas organizações internacionais, que ajudam a difundir, toda a história do patrimônio cultural de uma sociedade, de tal modo, o conhecimento, através de diversos meios de comunicação, com os sistemas de informação.

### **3.5 Função social dos museus**

Os museus da era moderna estão associados, a uma nova abordagem diante da sociedade, buscando um público diversificado, com seus projetos para toda comunidade em geral, visando assim, levar o conhecimento a cada cidadão de forma individual ou coletiva, portanto, fazendo sua função social, onde, “a função que o museu exerce na vida de um povo é muito relevante, haja vista que, conforme observa França (2009), este apresenta à coletividade sua história e sua cultura” (FRANÇA 2009 apud CHIAROTTI, 2010).

Para Soto (2010, p. 23):

O patrimônio sempre terá uma função social, ou seja, está servindo a um propósito específico, explícito ou não. Através dele, seja em sua forma material ou imaterial, os Homens constroem relações com os demais membros de sua cultura, com outras culturas ou com as gerações que os antecederam, desta forma desenvolvendo suas identidades. No entanto, a construção destas mediadas pelo patrimônio pode ser dirigida com um processo claro, ou guiada por concepções ideológicas inconscientes.

Segundo Chiarotti (2010, não paginado), diante de diversos projetos, como exposições temporárias ou itinerantes, visita guiada, oficinas, publicações do museu,

entre outras atividades socioeducativas, os museus podem ajudar jovens, crianças e adultos, portanto, o desempenho dessa função social do museu envolve técnicas, recursos e ações socioeducativas.

Para Chiarotti (2010, não paginado):

Todas essas ações, enfim, são formas de o museu contribuir para o desenvolvimento da capacidade individual e coletiva do cidadão, permitindo a eles informar-se e aprender sobre seu passado, por meio da valorização e preservação do seu patrimônio cultural. Em outras palavras, permitem que as pessoas conheçam suas origens tornando-as, conseqüentemente, habitantes de um mesmo lugar com valores e tradições semelhantes.

Os museus constituem análises seguras, através de seus colaboradores acerca das necessidades culturais da comunidade, indicando oportunidades, a serem adotadas, de acordo com as necessidades culturais dos visitantes. Adaptando essa situação, permitindo ao museu, desenvolver programações novas para cada necessidade cultural verificada, assim sendo, conseguindo se fazer entender pelos visitantes, bem como satisfazer suas necessidades, passando a cumprir com o seu papel social [...] (TERRA, 2013, p. 136-137).

Para Terra (2013, p. 28):

Como se pode perceber, o 'dotar de uma estrutura' conforme apresentado no sentido latino, faz mais sentido do que a tradução grega, que concebe a organização como um 'instrumento; utensílio'. Desta forma, as organizações podem ser concebidas como um sistema social, constituído por indivíduos que visam atingir metas e propósitos em comum.

Os museus funcionam como organizações, apresentando uma diferenciação entre uma organização atuante, enquanto sistema fechado de uma atuante enquanto, sistema aberto, refletindo sobre sua importância para a sociedade. Sendo assim:

Para o cumprimento de seu papel social, está mais do que claro que o museu necessita ser parte integrante do meio em que se encontra inserido, ao ponto de se converter em patrimônio local e atuar como agente transformador do seu contexto, contribuindo significativamente para o desenvolvimento social [...] (TERRA, 2013, p. 37).

Neste contexto os museus como instituições organizadas, através de seus serviços e sistemas abertos, desempenham uma função social muito importante junto à sociedade, levando o conhecimento, da história viva do patrimônio histórico e cultural de seu povo.

### 3.6 Museus brasileiros

Com a chegada da família Real no Brasil, foi criado o primeiro museu do País, chamado de Museu Imperial, seguindo os padrões dos museus internacionais, principalmente os europeus, hoje esses espaços, tornaram-se instituições de variadas coleções de artefatos, além da fauna e flora, pesquisando a cultura de cada região do País e suas diversidades e preservando o patrimônio histórico cultural, mantendo viva a memória de um povo.

#### 3.6.1 Contexto histórico

No século XIX, foi criado o primeiro museu brasileiro, mais precisamente no ano de 1818, por D. João VI, com o nome de Museu Imperial, conhecido também como museu de história natural, onde se preservava as riquezas culturais de cada império, pensando na política de museus e suas coleções herdadas do Portugal, com isso, não só expor a fauna e flora de diversos lugares do mundo, mais também seguindo, as mesmas tendências Europeias da época e interagindo com grandes museus internacionais, de mesmas características, que após a República passou a ser chamado de Museu Nacional. Segundo Santos (2004, p. 56):

Embora também houvesse importantes museus de história natural na Europa, os grandes museus nacionais não eram aqueles que mostravam a flora e a fauna de cada nação, ou mesmo do mundo, mas as riquezas culturais de cada Império. No Brasil, o Museu Nacional era o museu que guardava a riqueza natural, inicialmente, do Império, e, mais tarde, da República.

Segundo Santos (2004, p. 55), diante de vários estudos relacionados aos museus, pelo mundo todo, diante de alguns autores internacionais, que com suas análises, de que os museus não eram somente um espaço público para visitas, e sim, instituições apropriadas para ordenar, civilizar e disciplinar, atingindo uma grande parte da população, onde. “O primeiro grande museu nacional criado no Brasil pode ser compreendido como sendo parte desse contexto”.

Para Santos (2004, p. 54):

No final do século XIX, o Brasil tinha aproximadamente dez museus, e, com exceção do Museu Naval e Oceanográfico (1868) e do Museu da Academia

Nacional de Medicina (1898), todos os demais tinham alguma relação com as práticas classificatórias dos elementos encontrados na natureza. Além do Museu Nacional, os outros dois grandes museus brasileiros eram o Museu Paulista (1895) e o Museu Goeldi (1866). Todos os três foram constituídos como museus de história natural.

As instituições museológicas passaram a ter o apoio do Ministério da Cultura, mesmo diante da gestão das políticas culturais no país, ainda serem limitadas. Segundo o IBRAM, para que o desenvolvimento cultural brasileiro continue é preciso:

Aprimorar a gestão das políticas culturais do Brasil é tarefa essencial para que o Ministério da Cultura (MinC) continue a avançar em sua missão frente ao desenvolvimento cultural brasileiro. Mas não é possível pensar em avanço sem um diagnóstico aprofundado sobre o cenário cultural do País, em suas potencialidades e limitações. No campo dos museus, então, essa estratégia torna-se fundamental (IBRAM).

Com a criação desses novos museus, precisava-se ter um controle do que estava sendo disseminado, se tinham características de museus naturais e de que forma os serviços são oferecidos, com o avanço tecnológico. No ano de 2009, foi criado o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), pelo então presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, com a assinatura da Lei nº 11.906, para administração dos direitos, deveres e obrigações, relacionados aos museus em todo País. Para o IBRAM, diante destas informações precisa-se:

Coletar, registrar, armazenar e validar sistematicamente volumes expressivos de dados são ações que produzem sentido quando desenvolvidas com o objetivo de estruturação e análise, ampliando a geração de informações em determinados campos. Esse processo, pertinente a qualquer área do conhecimento, torna-se ainda mais relevante no campo museológico brasileiro, que, historicamente, vem produzindo instrumentos descritivos para o compartilhamento de informações referentes aos museus com a sociedade (IBRAM).

O Sistema Brasileiro de Museus (SBM), criado pelo decreto nº 5.264, de 05 de novembro de 2004, e revogado pelo decreto nº 5.264, de 17 de outubro de 2013, atuando nas políticas públicas, voltadas para o setor museológico, onde cumpre uma das premissas, na Política Nacional de Museus. Segundo o SBM:

Sua finalidade é facilitar o diálogo entre museus e instituições afins, objetivando a gestão integrada e o desenvolvimento dos museus, acervos e processos museológicos brasileiros. Além disso, propicia o fortalecimento e a criação dos sistemas regionais de museus, a institucionalização de novos

sistemas estaduais e municipais de museus e a articulação de redes temáticas de museus.

Para ter um controle, sobre as informações que os museus possuem, diante da diversidade de museus em todo o Brasil e a forma como podemos localiza-las. Com isso o Ministério da Cultura, por meio do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM),

[...] produziu esta publicação, que traz ao público levantamento feito pelo Cadastro Nacional de Museus (CNM) com informações sobre localização, acervo, acesso ao público, serviços oferecidos e caracterização física de todos os museus já mapeados pelo IBRAM em território nacional (IBRAM).

Neste contexto, foi preciso criar um sistema, que pudesse auxiliar na busca pela informação, de forma acessível e confiável, diante das diversidades que os museus possuem. Para o IBRAM:

Esse foi o desejo que motivou a criação do Cadastro Nacional de Museus (CNM) em 2006: manter um sistema capaz de processar regularmente informações sobre a diversidade museal brasileira, contribuindo para a construção de conhecimento e seu compartilhamento público.

Hoje o Brasil possui aproximadamente 3.200 museus espalhados, por todas as regiões do país, segundo o mapeamento do Cadastro Nacional de Museus (CNM), instituições com o objetivo de preservar documentos e objetos e o patrimônio histórico cultural de um povo e para manter essa memória viva, dentre esses museus estão: Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) (antigo Museu Imperial); Museu Paraense Emílio Goeldi; Museu da Imigração do Estado de São Paulo; Pinacoteca do Estado de São Paulo; Museu do Amanhã/UFRJ e também um inovador, o Museu do Caju do Ceará.

Os museus brasileiros, contam com a ajuda de diversas organizações e sistemas das quais se encontram, o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), o Cadastro Nacional de Museus (CNM) e o Sistema Brasileiro de Museus (SBM), além das internacionais. Todos criados de forma a tornar a pesquisa, mais eficaz, acessível e confiável, o Ministério da Cultura junto com IBRAM criaram um Guia para os Museus, onde, encontram-se os Museus de todo o território Nacional.

## 4 ESTUDO DA DISSEMINAÇÃO DA INFORMAÇÃO DO MUSEU DO TJE/PA

O estudo sobre a disseminação da informação, do Museu do TJE/PA foi analisado, de que forma é feita essa disseminação, através de seus projetos a Visita guiada e o Museu sobre rodas, e como podem ajudar a levar esse conhecimento para cada cidadão, de modo que a sociedade tenha mais informações, sobre o que essa instituição tem a lhes oferecer, contribuindo de forma atuante, através da história da justiça paraense e do patrimônio histórico e cultural, para o desenvolvimento social.

### 4.1 A história do TJE/PA

Para começarmos a falar sobre o TJE/PA, precisamos conhecer um pouco mais, a história da justiça paraense, que teve início no século XVII, e tem sua origem Portuguesa. Seguindo todos os padrões da justiça brasileira, que começou com a chegada da família real ao Brasil, nos primórdios do Reino de Portugal, a função do rei era administrar a justiça, onde, “auxiliado na função judicante, por juízes denominados Ouvidores do Civil e Ouvidores do Crime, dependendo da matéria que julgavam, formando assim a Casa de Justiça da Corte”. Segundo o TJE/PA (2008, p. 25).

Segundo Chambouleyron (2014, p. 10), em seu texto procura descrever e entender o funcionamento da justiça colonial, no território do Grão-Pará. Com questões fundamentais que é preciso explicar de início, onde. “No Antigo Regime, a palavra do rei era a fonte de toda a Justiça”.

Para Chambouleyron (2014, p. 10):

[...] no caso do Grão-Pará, abrange os séculos XVII, XVIII e princípios do século XIX, temos que ter em mente que as próprias concepções sobre a justiça e a estrutura burocrática a ela ligadas se modificaram com o tempo, acompanhando as próprias transformações da sociedade, da economia, do pensamento político e da própria administração.

Para o TJE/PA (2008, p. 48), segundo o historiador João de Palma Muniz, a justiça paraense, começa pela cidade de Belém, mais exatamente no ano de 1636, quando João de Melo, assumiu pela primeira vez o cargo de Juiz ordinário de Belém. No dia 20 de novembro de 1873, conforme o §2º do art.1º do Decreto nº

2.342, de 06 de agosto de 1873, foi criada a primeira composição do Tribunal de Relação de Belém com sete desembargadores (TJE/PA, 2014, p. 49).

Azevedo (apud TJE/PA, 2008, p. 54):

O Tribunal foi instalado em um Prédio de dois andares, localizado na Rua dos Mercadores (atual Rua Conselheiro João Alfredo – bairro comercial de Belém), que pertencia aos negociantes Geraldo Antônio Alves & Filhos, **‘expressamente contratado por ordem do governo imperial’** como menciona o Relatório de Pedro Vicente de Azevedo de 28 de março de 1874, enviado à Assembléia. O Pará deixava finalmente, a dependência da Relação do Maranhão.

Segundo o TJE/PA (2014, p. 89), em 140 anos de historia, que começa no ano de 1874 até 2014, o Tribunal de Justiça do Estado, teve 63 presidentes, sendo o primeiro o Conselheiro Ermano Domingos do Couto no ano de 1874. O atual presidente é o Desembargador Ricardo Ferreira Nunes.

Fotografia 1 - Galeria de Ex-Presidentes do TJE/PA.



Fonte: Relatório de Atividades-TJE/PA, 2017, não paginado.

Para Nascimento (2014, não paginado):

Nesse período histórico, o TJ foi sempre um porto seguro para os cidadãos que bateram às portas da Justiça. Desde os tempos do Império, passando pela época conturbada da república recém-instalada em 1889, e

atravessando todos os períodos – tenham sido eles de paz ou de guerra, de liberdade de expressão ou de lamentáveis eras em que o silêncio foi uma espécie de eloquência dos oprimidos pela força dos bacamartes, baionetas e, mais modernamente, fuzis, - o Tribunal de Justiça se colocou ao lado do jurisdicionado.

Segundo o TJE/PA (2014, p. 78), quando o Desembargador Milton Augusto de Brito Nobre, assumiu a presidência do Tribunal de Justiça do Estado, em fevereiro de 2005, conhecia o espaço que os magistrados trabalhavam e suas limitações, então ele adquiriu um grande terreno, na rodovia Augusto Montenegro, onde pretendia construir a nova sede do TJE/PA, ao procurar o Estado para que participasse da construção, o então, Governador do Estado Simão Jatene, ofereceu o prédio do Lauro Sodré, para sede do Poder Judiciário, onde, “O imóvel, construído no final do século XIX, estava em péssimas condições, mas se tratava de uma joia da arquitetura paraense, que passaria da condição de antigo liceu para a de Palácio da Justiça”.

Conforme o TJE/PA (2014, p. 82), no dia 10 de outubro de 2007, na sexta-feira que antecedeu o Círio de Nossa Senhora de Nazaré, o Tribunal de Justiça patrocinou a I Exposição: O TJE Abre as Portas à Comunidade, dando início a uma programação que atraiu em especial, ex-alunos e professores do tradicional Colégio Lauro Sodré.

Para TJE/PA (2014, p. 82-83):

A Banda Sinfônica Lauro Sodré, regida pelo maestro Silas Borges, e a Companhia de Teatro Notáveis no Palco, dirigida por Sílvio Sá, levaram os visitantes a ‘uma volta ao passado com Lauro Sodré’ – tema do evento, sempre acompanhados por técnicos da Biblioteca, do serviço de Museu – funcionários do Judiciário – e monitores voluntários da área de turismo. O evento se repetiu ao longo do ano de 2008.

Hoje o prédio do Poder Judiciário está localizado na Av. Almirante Barroso, desde 01 de dezembro de 2006, quando foi inaugurado, após a restauração, neste prédio histórico funcionou o Instituto Paraense de Educandos e Artífices o antigo Lauro Sodré. O Tribunal de Justiça do Estado do Pará funciona com serviços judiciários na capital e comarcas do Interior, todos em prol da Justiça Paraense (PODER JUDICIÁRIO/TJE/PA).

Fotografia 2 - Atual sede do Poder Judiciário-TJE/PA.



Fonte: Portal Externo-TJE/PA, 2016, não paginado.

#### 4.1.1 Contexto histórico do Museu do TJE/PA

Em meados do século XX, foi criado e inaugurado o Museu do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, mais precisamente no dia 08 de dezembro de 1971, dia em que se comemora o “Dia da Justiça Paraense”, na gestão do então Presidente o Desembargador Agnano de Moura Monteiro Lopes, sendo o primeiro negro a assumir a presidência do Tribunal, tendo como objetivo de preservar um acervo o qual era riquíssimo em documentos e mobiliários, com o registro também da primeira mulher a presidir o Poder Judiciário Estadual a Desembargadora Lydia Dias Fernandes (PODER JUDICIÁRIO/TJE/PA).

Fotografia 3 - Atual sede administrativa do Museu do TJE/PA.



Fonte: A autora da pesquisa, 2016.

#### Para o Poder Judiciário – TJE/PA:

AGNANO além de ser nacionalmente pioneiro em alguns cargos ocupados por magistrados paraense guarda algumas curiosidades em sua história: foi o primeiro Tribunal brasileiro a ter um negro como presidente, cargo ocupado, em 1968, pelo Desembargador Agnano de Moura Monteiro Lopes. Também foi o primeiro Tribunal no Brasil a ter uma mulher como presidente, a desembargadora Lydia Dias Fernandes inaugurou a ocupação feminina do cargo em 1979.

Segundo o Poder Judiciário – TJE/PA, a Desembargadora Albanira Lobato Bemerguy, a então presidente da instituição, reativou o funcionamento do Museu, que passou a ocupar um lugar no interior da Biblioteca, localizada no prédio sede do Tribunal de Justiça “Lauro Sodré”, inaugurando o projeto: “O Tribunal abre as portas à comunidade: *Uma volta ao passado com Lauro Sodré*, que se mantém até os dias atuais, sempre na sexta-feira que antecede o Círio de N. S. de Nazaré, comemorado no segundo domingo de outubro”.

O Museu tem como nome Desembargador Agnano de Moura Monteiro Lopes, possui em seu acervo uma composição de processos já encerrados, que em seu tempo foram objetos de largos comentários e tiveram profunda repercussão; armas e utensílios na prática de crimes e objetos de uso pessoal de magistrados e

advogados falecidos. Hoje esses artefatos são analisados pelo Departamento de Documentação e Informação do TJE/PA, o qual fazem parte o Museu, a Biblioteca e o Arquivo.

Segundo o Relatório de Atividades-TJE/PA (2017, não paginado):

Tem sob sua responsabilidade a guarda e a conservação dos bens histórico-culturais; a comunicação da história da Justiça no Estado do Pará, suas antigas sedes, seus magistrados e servidores; o atendimento ao público, através de visitas realizadas ao prédio histórico - sede do Tribunal e a ampliação da divulgação através do Museu Sobre Rodas – o Museu Itinerante, levado às comunidades e instituições educacionais e privadas, bem como, à comunidade em geral.

Conforme o Relatório de Atividades-TJE/PA (2017, não paginado), as fotografias são encaminhadas pela Coordenadoria de Imprensa e do Cerimonial, o Museu Judiciário tem sob sua guarda, mais de 3.000 fotografias referentes às gestões presidenciais; eventos externos e internos; inaugurações de prédios na capital e interior.

O Tribunal de Justiça do Estado do Pará resolve abrir, para as visitas ao Museu no Prédio Sede do Poder Judiciário, para que a sociedade possa ter conhecimento da história da justiça paraense, através de seus projetos, levando a informação para toda comunidade, fazendo assim, sua função social.

Para o Poder Judiciário – TJE/PA:

Em 1991, na gestão do Desembargador NELSON SILVESTRE RODRIGUES AMORIM, ocorreu a primeira reestruturação do Museu, objetivando a recuperação do acervo documental e histórico e a realização de exposições abertas à visitação pública, para difundir a história do judiciário paraense e divulgar programas voltados aos direitos humanos e a cidadania.

Segundo Relatório de Atividades-TJE/PA (2017, não paginado), ao final do ano de 2014, o pequeno acervo do Museu foi removido para o prédio do Fórum Cível, que fica no bairro da Cidade Velha, retornando ao prédio sede “Lauro Sodré” em 2015, na gestão do então presidente o Desembargador Constantino Augusto Guerreiro, sendo instalado no andar térreo, sala T 115.

Relatório de Atividades-TJE/PA (2017, não paginado):

O Museu foi transformado em Coordenadoria subordinada ao Departamento de Documentação e Informação pela Resolução 022/1993-GP da

Presidência do TJE/PA. A Desembargadora Presidente do TJE/PA à época, Maria Lúcia Gomes Marcos dos Santos, alterou neste ato o nível hierárquico, mas manteve as competências do Museu.

O Museu trabalha em conjunto com a Biblioteca Desembargador Antônio Koury do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, onde a mesma sede seu espaço para os eventos, para que sejam realizadas as palestras, sobre um de seus projetos, o da Visita Guiada. Não existem projetos de parcerias entre o Museu e a Biblioteca, mais quando necessário eles trabalham juntos, pois, estão interligados por meio do departamento de documentação e informação do TJE/PA, o qual os dois fazem parte, junto com arquivo.

## 4.2 Disseminação da informação do Museu do TJPA

Segundo dados da historiadora do Museu Cacilda Pinto, esta disseminação da informação é feita pela Imprensa que faz a divulgação dos eventos, através do Cerimonial - TJPA, fazendo assim, uma ponte com Departamento de documentação e informação (Museu, Biblioteca e Arquivo), existe também um site no portal externo e interno, que ainda está em construção, mais com bastantes informações relevantes sobre o museu e seus projetos. Esta é a página, onde se encontram essas informações.

Fotografia 4 - Página do Museu no site do Portal do Poder Judiciário.



Fonte: Relatório de Palestras do Museu sobre rodas - TJE/PA, 2013, não paginado.

No projeto a Visita guiada ou monitorada a disseminação da informação é feita através de palestras, através do Museu, onde conta-se a história da justiça, mais precisamente do Pará e no Museu sobre rodas, que vai até as comunidades, nas instituições ou praças e nos interiores do estado, com o mesmo objetivo, disseminar o conhecimento. Estas visitas precisam ser agendadas, onde se faz uma solicitação junto ao Tribunal de Justiça mais o Museu.

Neste estudo observa-se que a disseminação da informação do Museu do TJE/PA, está sendo feita de modo satisfatório, mesmo com algumas deficiências em seu sistema de informação, como o site do Museu, pois o mesmo, ainda encontra-se com algumas páginas em construção, para que seja mais utilizado, e também fazer uso das mídias sociais, mais os seus projetos estão realizando muito bem sua função social, com a divulgação dos conhecimentos, junta a sociedade.

Estas informações estão organizadas em relatórios anuais, com todos os eventos realizados pelo Museu do TJE/PA e armazenadas em suportes de papel, pen-drive, fotografias e também no site do portal externo do Poder Judiciário, ainda em construção, já alguns os objetos e mobiliários ficam expostos no prédio sede do Tribunal de Justiça e alguns documentos do começo da justiça paraense, como cartas, processos e outros, ficam no arquivo central do TJE/PA.

#### **4.3 Os projetos do museu do TJE/PA**

O Museu do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, possui vários projetos todos de cunho social, e com o mesmo objetivo disseminar a informação. Sendo que neste trabalho os projetos a serem estudados são a Visita guiada e o Museu sobre rodas, e de que forma eles contribuem para difusão do conhecimento.

Conforme o Relatório de Atividades-TJE/PA, (2017, não paginado), as visitas históricas guiadas (monitoradas) são realizadas nas instalações do Poder Judiciário por entidades de qualquer natureza que solicitem ao TJE/PA este serviço e cabe ao museu:

- a) Gerenciar a agenda de atividades das visitas históricas guiadas;
- b) Informar, com antecedência, aos setores relacionados às visitas guiadas sobre a ocorrência de um evento;

- c) E aos servidores do Museu realizar as atividades inerentes ao conteúdo histórico das palestras e acompanhar os visitantes pelas instalações do TJE/PA; e,
- d) Estabelecer, de forma documentada, o conteúdo que compõe uma visita guiada.

Conforme o Relatório de Atividades-TJE/PA (2017, não paginado), o museu sobre rodas, tem por objetivo levar, de forma itinerante, aos mais diversos públicos, uma visão histórica do Judiciário Paraense. Utilizando-se de um ônibus o Museu conta com uma exposição de acervo próprio e também realiza palestras e apresentações sobre a justiça e cabe ao museu:

- a) Dar andamento à agenda de atividades ao Museu sobre Rodas;
- b) Informar, com antecedência, aos setores relacionados com o museu sobre rodas sobre a ocorrência de um evento;
- c) E aos servidores do Museu realizar as atividades inerentes ao museu sobre rodas; e,
- d) Estabelecer, de forma documentada, o conteúdo que compõem uma apresentação do museu sobre rodas.

No Museu do TJE/PA, existem mais dois projetos só para título de informação, um deles é “Venha ao museu, puxe pela memória e conte sua história”, por meio da história falada, segundo o Relatório de Atividades-TJE/PA (2017, não paginado) “utilizamos a metodologia de pesquisa que realiza entrevistas escritas, gravadas ou filmadas com pessoas que podem testemunhar sobre fatos ocorridos e vivenciados na instituição”.

O outro projeto é a “Organização, conservação e divulgação fotográfica” as fotografias nos trazem lembranças de fatos passados, sendo de grande importância para a reconstrução da história institucional, onde, “nelas, podemos coletar informações de época, através do vestuário; dos costumes; das normas, etc., para que as gerações futuras compreendam e analisem os momentos históricos” (RELATÓRIO DE ATIVIDADES-TJE/PA, 2017, não paginado).

#### 4.3.1 Visita guiada

O projeto do Museu do TJE/PA, a visita guiada ou também chamada de monitorada, esta voltada às instituições de ensino fundamental, médio, superior principalmente as de cursos de direito, sênior e outros. O projeto conta também com o apoio da Biblioteca do TJE/PA, cedendo o espaço para a realização dos eventos, pois a mesma, também, faz parte do Departamento de Documentação e Informação, tendo como palestrante a historiadora Cacilda Pinto.

A visitação ao prédio sede do TJE/PA, começou em 2007, no ano seguinte após sua inauguração, sendo coordenada pelo Museu Judiciário com o título “Uma volta ao passado no Lauro Sodré”, é a atividade de maior procura pela comunidade da área metropolitana de Belém. Conforme o Relatório de Atividades-TJPA (2017, não paginado).

Fotografia 5 – Historiadora e Palestrante do Museu-TJE/PA.



Fonte: Relatório de Atividades-TJE/PA, 2017, não paginado.

De acordo com o Relatório de Atividades-TJE/PA (2017, não paginado), as visitas ao prédio histórico “Lauro Sodré”, que é sede do Poder Judiciário, podem ser feitas, individualmente ou por grupos de visitantes, em dias úteis de 9 às 17 horas, desde que sejam agendadas previamente junto a presidência, a coordenação de

relações institucionais ou ao Museu Judiciário, onde “De forma lúdica e interativa, os visitantes conhecem o prédio e os bacharéis em Direito podem assistir as sessões das Câmaras ou do Pleno. Ao final, são entregues certificados de participação”.

Fotografia 6 – Acadêmicos de direito e servidores do TJE/PA.



Fonte: Relatório de Atividades-TJE/PA, 2017, não paginado.

#### Relatório de Atividades-TJE/PA (2017, não paginado):

Voltada a atender alunos do ensino fundamental e médio das escolas públicas e privadas; instituições de ensino superior, em especial aos acadêmicos de Direito; público sênior e comunidades, os interessados solicitam visitas ao prédio sede, que são precedidas de palestras e vídeo institucional sobre a história da Justiça e do Poder Judiciário paraense, incluindo as curiosidades da Justiça que incluem vários ex-presidentes da instituição, com o objetivo de propiciar a consciência política, o exercício da cidadania e a convivência coletiva.

No projeto do Museu, a visita guiada, os alunos assistem as palestras, sobre a história da justiça, mais precisamente da justiça paraense, depois conhecem as instalações históricas do prédio sede do TJE/PA, que é patrimônio cultural da sociedade, também interagindo com os servidores e vestindo modelos de togas que são usados pela magistratura.

Fotografia 7 – Alunos e servidores na escadaria do TJE/PA.



Fonte: Relatório de Atividades-TJE/PA, 2017, não paginado.

O Museu recebe outros públicos na visita guiada como, por exemplo, os da terceira idade, chamados Sênior, com o objetivo de disseminar as informações, sobre a história da justiça paraense aos que não conhecem, e em alguns casos o revivamento da memória. Segundo o Relatório de Atividades-TJE/PA (2017, não paginado):

Recebem informações sobre História da Justiça e a estrutura do Poder Judiciário do Pará, através de palestras e vídeo institucional, além das curiosidades da Justiça, podendo sugerir previamente um tema de seu interesse, objetivando propiciar a consciência política, o exercício da cidadania e convivência coletiva, para em seguida fazer a visitação ao prédio, podendo ser fornecido o certificado de participação.

Fotografia 8 - Idosos e servidores na sacada do TJE/PA.



Fonte: A autora da pesquisa, 2017.

O Museu do TJE/PA, através da visita guiada alcança seu objetivo, quando diversifica seu público, por meio de seus eventos disseminando a informação a sociedade em geral, mantendo viva a história da justiça paraense e difundindo o conhecimento em prol de uma vida melhor e fazendo sua função social.

Existem alguns Museus no Poder Judiciário pelo Brasil, o Museu do Memorial do Judiciário, no Rio Grande do Sul, o Museu da Memória do Judiciário Mineiro (MEJUD) em Minas Gerais entre outros. Todos com o mesmo perfil do Museu do TJE/PA, onde os mesmos são abertos aos visitantes através de eventos, como exposições de seus acervos e algumas são itinerantes, com a função de disseminar a informação, buscando estreitar os laços com a sociedade e levar ao maior número de pessoas para conhecer seu acervo.

#### 4.3.2 Museu sobre rodas

O projeto do Museu do TJE/PA, o museu sobre rodas, teve sua primeira exposição em julho de 2013, na praia do maçarico em Salinas é um dos projetos do Museu do departamento de documentação e informação do TJPA, que tem como

finalidade, levar até as comunidades e cidades do interior a história da justiça paraense, através de parte de seu acervo, que fica exposto dentro de um ônibus, onde pode ser visitado pela população local e a comunidade interage com o museu. Conforme o Relatório de Atividades-TJE/PA (2017, não paginado).

Segundo o Relatório de Atividades-TJE/PA (2017, não paginado):

Na noite do dia 27 de julho de 2013, na cidade Salinópolis/PA, foi lançado o projeto de museu itinerante, que recebeu o nome de MUSEU SOBRE RODAS, atendendo a solicitação do magistrado Cristiano Arantes, para que fosse incluído no programa *VERÃO COM JUSTIÇA*, dirigido pela Coordenadora dos Juizados Especiais, Desembargadora Diracy Nunes, uma programação cultural.

Segundo o Relatório de palestras do Museu sobre rodas (2013, não paginado), através de um ofício da Coordenadora dos Juizados Especiais, Des. Diracy Nunes Alves, que solicitou a participação do Museu sobre rodas - TJPA no evento, “E a partir daí, ele passou a ter nome. Perfeito! O Museu sobre Rodas era uma realidade”.

O museu sobre rodas possui um ônibus o qual leva parte do acervo, que ficam expostos dentro e fora dele, a historiadora Cacilda Pinto é quem faz a palestra e também a interação com os visitantes, nos eventos. Conforme o Relatório de palestras do Museu sobre rodas (2013, não paginado):

No interior do ônibus, são expostas peças do Poder Judiciário como quadros de desembargadores que já presidiram a instituição; indumentárias de magistrados, promotores, advogados; além de tinteiros, máquinas de escrever, malhete (martelo do juiz), dentre outros.

Fotografia 9 - Ônibus do Museu sobre rodas - TJE/PA.



Fonte: Relatório de Palestras do Museu sobre rodas - TJE/PA, 2013, não paginado.

Dentro do museu sobre rodas é organizada, uma exposição com o acervo, para que os visitantes, possam conhecer um pouco da história da justiça paraense e alguns participam da montagem e dos eventos. Segundo o Relatório de palestras do Museu sobre rodas (2013, não paginado). “Os Trabalhadores se ofereceram para ajudar na limpeza das peças e na montagem da exposição. Com cuidado e muita curiosidade, vão retirando das caixas, o acervo que fará parte do Museu Itinerante”.

Fotografia 10 - Acervo dentro do ônibus do Museu sobre rodas - TJE/PA.



Fonte: Relatório de Palestras do Museu sobre rodas-TJPA, 2013, não paginado.

Conforme o Relatório de Atividades-TJE/PA (2017, não paginado), o Museu sobre rodas tem como finalidade, levar o conhecimento as comunidades da capital e do interior, alguns visitantes são convidados a participarem dos eventos, representando personagens, como a Deusa da Justiça, com uma comunicação mediada. Sendo assim. “De forma lúdica e interativa, os visitantes participam no decorrer das apresentações, representando os magistrados, com o uso de togas e indumentárias expostas no Museu itinerante”.

Fotografia 11 - Visitante como Deusa da Justiça - TJE/PA.



Fonte: Relatório de Palestras do Museu sobre rodas - TJE/PA, 2013, não paginado.

#### Relatório de Atividades-TJE/PA (2017, não paginado):

O Museu sobre Rodas é uma iniciativa de interação com o público que sempre suscita novos desafios, a exemplo da exposição realizada na Instituição de Ensino Superior Estácio-FAP, onde o principal deles foi superar a barreira da deficiência auditiva de um casal de surdos-mudos visitantes. O rapaz era engenheiro e dominava bem a leitura labial, enquanto a moça, universitária, conhecia só a Linguagem Brasileira de Sinais (Libras). Os servidores do Museu davam as informações a ele, que as traduzia em Libras para a moça.

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) divulgou em sua página, a importância deste projeto para as comunidades do interior, com eventos que

aproximam a população do Poder Judiciário. Conforme o Relatório de Palestras do Museu sobre rodas - TJE/PA (2013, não paginado):

‘Eventos como esse aproximam o Poder Judiciário da população e desmistificam o trabalho dos magistrados, que interagem com os estudantes, conversam e falam com simplicidade sobre o papel da Justiça’, comentou a desembargadora Diracy Nunes, coordenadora dos Juizados Especiais.

Diante deste contexto o projeto Museu sobre rodas esta desempenhando seu papel de disseminador da informação, levando o conhecimento sobre a história da justiça paraense, interagindo com a população, também exercendo sua função social, junto à sociedade, tanto da capital, assim como, do interior.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral deste trabalho foi mostrar como acontece a disseminação da informação, através do museu do TJE/PA, por meio de seus projetos, a visita guiada e o museu sobre rodas e como acontece essa difusão do conhecimento. Utilizou-se uma metodologia de fundamento teórico, foi realizada uma pesquisa documental e bibliográfica, com fontes primárias e secundárias, sobre o tema em estudo, verificando como ocorre esse processo e suas características, em função do aprendizado.

Na pesquisa analisada sobre a disseminação da informação nos Museus, verificou-se, como atuam estes espaços, diante dos serviços oferecidos a sociedade e com a sua função social, por meio da educação e cultura. Podemos observar que a Museologia funciona também como um serviço na vida das pessoas. Portanto, devemos analisar se os Museus estão cumprindo seus direitos, deveres e obrigações, através das Leis nº 11.904 de 14 de janeiro de 2009, que instituiu o Estatuto dos Museus e a nº 11.906 de 20 de janeiro de 2009, que criou o IBRAM, que abrange os museus brasileiros.

Analisando as informações, observou-se, que a disseminação da informação por meio dos museus, sempre estiveram relacionados, como espaços de educação, através do patrimônio histórico cultural, esta relação está presente desde a antiguidade até os dias atuais, mesmo com as mudanças que vem acontecendo, com os serviços e sistemas seletivos de informação, diante do avanço tecnológico. Diante da pesquisa pelo conhecimento através da ciência que estuda os museus que é a Museologia. Os museus sempre tiveram a presença de um profissional para mediar com os visitantes, com ações e atividades culturais, dando identidade a estas instituições, tornando-se espaços de cultura e lazer, desempenhando sua função social.

Considerando a importância e contribuição que o Museu do TJE/PA tem para a sociedade, como fonte de informação na preservação da memória. Esta análise, nos mostra que os Museus organizam as informações de forma acessível, como organizações integradas com a história, para disseminação junto às comunidades, por meio de uma organização administrativa, na gestão de seus projetos e serviços, contando com um profissional técnico para seleção e aquisição dos artefatos, trabalhando na realização dos eventos para difusão do conhecimento.

O estudo demonstrou que as informações dos projetos do Museu do TJE/PA e seus eventos realizados, estão organizados, através de um setor administrativo que fazem parte a biblioteca e o arquivo, conta com profissionais técnicos da área, que cuidam das etapas de organização do acervo que vai desde a aquisição até a pesquisa, estas informações, estão disponibilizadas em relatórios anuais e armazenadas em suportes de papel, pen-drive, fotografias e também no site do portal externo do Poder Judiciário, ainda com algumas páginas em construção, já alguns os objetos e mobiliários ficam expostos no prédio sede do Tribunal de Justiça e alguns documentos do começo da justiça paraense, como cartas, processos e outros, ficam no arquivo central do TJE/PA, disponibilizados para conhecimento e análise. Que servem como dados para pesquisa qualitativa, em prol da sociedade.

Conclui-se que, no caso dos projetos a visita guiada e o museu sobre rodas do Museu do TJE/PA, a disseminação da informação acontece com bom desempenho, através de eventos para a difusão do conhecimento e dos serviços junto às comunidades, mesmo faltando mais divulgação de seus projetos nas mídias sociais. Constatamos que não devemos ter como objeto de estudo, somente a informação armazenada, por meio de documentos e objetos, elas precisam também estar relacionadas, entre sujeito e informação, que passa de geração para geração e tornando possível a disseminação da informação.

## REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023 - Informação e documentação - Referências - Elaboração**. Rio de Janeiro, 2002.

BARBOSA, Cátia Rodrigues; PORTO, Renata Maria Abrantes Baracho; MARTINS, Cesar Eugenio Macedo de Almeida. Museus: sistemas de informação para uma realidade virtual. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 13., 2012, Rio de Janeiro. **Anais Eletrônicos...** Rio de Janeiro: GT 9, 2012. Disponível em: <<http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/xiiienancib/paper/viewFile/3924/3047>>. Acesso em: 26 dez. 2016.

BARRETO, Aldo de Albuquerque. Mudança estrutural no fluxo do conhecimento: a comunicação eletrônica. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 27, n. 2, p. 122-127, maio /ago. 1998. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v27n2/barreto.pdf>>. Acesso em: 21 dez. 2016.

BARRETO, Aldo de Albuquerque. O tempo e o espaço da ciência da informação. **Transinformação**, Campinas, v. 14, n. 1, p. 17-24, jan./jun. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tinf/v14n1/02.pdf>>. Acesso em: 21 dez. 2016.

BOTELHO, Isaura. Dimensões da cultura e políticas públicas. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 73-83, abr./jun. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v15n2/8580.pdf>>. Acesso em: 2 jan. 2017.

BRASIL. Lei nº 11.904. Brasília, 2009. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/l11904.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11904.htm)>. Acesso em: 20 abr. 2017.

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.906. Brasília, 2009. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/Lei/L11906.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/Lei/L11906.htm)>. Acesso em: 21 set. 2016.

CARVALHO, Katia de. Comunicação impressa, biblioteca, contexto social. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 16, n. 1, p. 41-44, jan./jun. 1987. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/269/269>>. Acesso em: 15 dez. 2016.

CARVALHO, Luciana Menezes de. **Em direção à museologia Latino-Americana: O papel do ICOFOM LAM no fortalecimento da museologia como campo disciplinar**. 2008. 107 f. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/Museu de Astronomia e Ciências Afins/Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <[http://ppg-pmus.mast.br/dissertacoes/luciana\\_menezes\\_de\\_carvalho.pdf](http://ppg-pmus.mast.br/dissertacoes/luciana_menezes_de_carvalho.pdf)>. Acesso em: 15 jan. 2017.

CHIAROTTI, Tiziano Mamede. **Museu Histórico Alderico Borges de Carvalho**. Anápolis, 2010. Disponível em:

<<https://museuabc.wordpress.com/2010/08/30/museu-historico-breve-contextualizacao-e-funcao-social/>>. Acesso em: 10 mar. 2017.

CIANCONI, Regina de Barros. Sistemas de recuperação em linha: educação x atuação profissional. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 19, n. 2, p. 131-136, jul./dez. 1990. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/334/334>>. Acesso em: 15 dez. 2016.

CONDURÚ, Marise Teles; PEREIRA, José Almir Rodrigues. **Elaboração de Trabalhos Acadêmicos**: normas, critérios e procedimentos. 5. ed. rev., ampl. e atual. Belém: EDUFPA, 2013.

COSTA, Evanise Pascoa (Org.). **Princípios básicos da museologia**. Secretaria de Estado da Cultura. Curitiba, 2006. 100p. Disponível em: <[http://www.cultura.pr.gov.br/arquivos/File/downloads/p\\_museologia.pdf](http://www.cultura.pr.gov.br/arquivos/File/downloads/p_museologia.pdf)>. Acesso em: 20 abr. 2017.

HACK, Édina Francini Simão. Entre o ensino de História e a educação patrimonial: em busca da investigação de bens culturais locais. **Revista Confluências Culturais**, Joinville, v. 2, n. 1, p. 34-46, mar. 2013. Disponível em: <<http://periodicos.univille.br/index.php/RCCult/article/view/103/100>>. Acesso em: 2 jan. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. **Guia dos Museus Brasileiros**. Brasília: 2011. 76 p. Disponível em: <[http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2011/05/gmb\\_extintos.pdf](http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2011/05/gmb_extintos.pdf)>. Acesso em: 9 jan. 2017.

\_\_\_\_\_. **Museus**. Disponível em: <<http://www.museus.gov.br/os-museus/museus-ibram/>>. Acesso em: 21 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Museus em números**. Brasília: 2011. 240 p. v. 1. Disponível em: <[http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2011/11/Museus\\_em\\_Numeros\\_Volume\\_1.pdf](http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2011/11/Museus_em_Numeros_Volume_1.pdf)>. Acesso em: 16 jan. 2017.

\_\_\_\_\_. **Sistema brasileiro de museus**. Disponível em: <<http://www.museus.gov.br/sistemas/sistema-brasileiro-de-museus/>>. Acesso em: 17 jan. 2017.

INTERNATIONAL COMMITTEE FOR MUSEOLOGY – ICOFOM. Disponível em: <<http://network.icom.museum/icofom/bienvenidos/bienvenidos-a-icofom/L/1/>>. Acesso em: 15 jan. 2017.

INTERNACIONAL COUNCIL OF MUSEUMS - ICOM. Disponível em: <<http://icom.museum/the-vision/code-of-ethics/>>. Acesso em: 14 jan. 2017.

LARA, Marilda Lopes Ginez de; CONTI, Vivaldo Luiz. Disseminação da informação e usuários. **Perspectiva**, São Paulo, v. 17, n. 3-4, p. 26-34, jul./dez. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v17n3-4/a04v1734.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2016.

LIMA, João et al. Estudos de caso e sua aplicação: proposta de um esquema teórico para pesquisas no campo da contabilidade. **Revista de Contabilidade e Organizações**, Ribeirão Preto, v. 6, n. 14, p. 127-144, jan./abr. 2012. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rco/article/viewFile/45403/49015>>. Acesso em: 31 out. 2016.

LIMA, Diana Farjalla Correia. Museologia-Museu e Patrimônio, Patrimonialização e Musealização: ambiência de comunhão. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.**, Belém, v. 7, n. 1, p. 31-50, jan.-abr. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/bgoeldi/v7n1/a04v7n1.pdf>>. Acesso em: 3 jan. 2017.

LIMA, Solange Ferraz de; CARVALHO, Vânia Carneiro de. Cultura material e coleção em um museu de história: as formas espontâneas de transcendência do privado. In: FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves; VIDAL, Diana Gonçalves (Org.). **Museus: dos gabinetes de curiosidades à museologia moderna**. 2. ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013. p. 89-116.

LOUREIRO, José Mauro Matheus. Museu de ciência, divulgação científica e hegemonia. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 1, p. 88-95, jan./abr. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v32n1/15976.pdf>>. Acesso em: 27 dez. 2016.

MARANDINO, Martha. Museus de ciências como espaços de educação. In: FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves; VIDAL, Diana Gonçalves (Org.). **Museus: dos gabinetes de curiosidades à museologia moderna**. 2. ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013. p. 173-184.

MENDES, J. Amado. **Estudos do património: museus e educação**. 2. ed. Coimbra: 2010. 270 p. Disponível em: <[https://digitalis.uc.pt/files/previews/90697\\_preview.pdf](https://digitalis.uc.pt/files/previews/90697_preview.pdf)>. Acesso em: 3 jan. 2017.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A exposição museológica e o conhecimento histórico. In: FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves; VIDAL, Diana Gonçalves (Org.). **Museus: dos gabinetes de curiosidades à museologia moderna**. 2. ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013, p. 13-88.

MORAES, Julia Nolasco Leitão. Comunicação e educação em museus: a divulgação de informações e a “poesia das coisas”. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, São Paulo, v. 7, n. 1, jan./jun. 2014. Disponível em: <<http://inseer.ibict.br/ancib/index.php/tpbci/article/view/131/173>>. Acesso em: 17 jan. 2017.

MUSEU. WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Museu>>. Acesso em: 27 dez. 2016.

OLIVEIRA, Genoveva. O museu como um instrumento de reflexão social. **Revistas MIDAS**, Portugal, v. 2, 2013. Disponível em: <<http://midas.revues.org/222>>. Acesso em: 1 jun. 2016.

OLIVEIRA, Maria Odaisa Espinheiro de. A disseminação da informação histórica nos serviços de tradução e impressão da Bíblia. **Conexões**, Belém, v. 2, n. 1, p. 113-126, jan./dez. 2009.

\_\_\_\_\_. A disseminação da informação na construção do conhecimento e na formação da cidadania. **R. Cent. Sócio Econômico**, Belém, v. 5, n. 1-2, p. 121-130, jan./dez. 2000.

PAULA, Thais Regina Franciscon de. **A mediação em museus**: um estudo do projeto “Veja com as mãos”. 2012. 128 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2012. Disponível em: <[https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/De\\_Paula\\_T\\_R\\_F\\_mestrado\\_CI\\_2012.pdf](https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/De_Paula_T_R_F_mestrado_CI_2012.pdf)>. Acesso em: 17 nov. 2016.

PEREIRA, Mariana. **O papel social do museu etnográfico**. Universidade do Porto. Asensio, Pol, Asenjo & Castro (Eds.) (2012) SIAM. Series Iberoamericanas de Museología. v. 4. Disponível em: <[https://repositorio.uam.es/xmlui/bitstream/handle/10486/11536/57199\\_5.pdf?sequence=1](https://repositorio.uam.es/xmlui/bitstream/handle/10486/11536/57199_5.pdf?sequence=1)>. Acesso em: 9 jan. 2017.

PINTO, Cacilda Maria Saraiva; BEZERRA, José Roberto. **Museu des. Agnano de Moura Monteiro Lopes**: Relatório de Atividades. Biênio 2015/2017. Belém, 2017.

PODER JUDICIÁRIO. Tribunal de justiça do Estado do Pará. **Fundação**. Disponível em: <<http://www.tjpa.jus.br/PortalExterno/institucional/Museu-do-TJPA/7235-Fundacao.xhtml>>. Acesso em: 15 maio 2016.

RAMOS, Luciene Borges. Centro cultural: território privilegiado da ação cultural e informacional na sociedade contemporânea. In: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, FACULDADE DE COMUNICAÇÃO, 3., 2007, Salvador. **Anais eletrônicos...**, Salvador: UFBA, 2007. Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/enecult2007/LucieneBorgesRamos.pdf>>. Acesso em: 2 jan. 2017.

SANDY, Danielly Dias. Museu e sociedade: uma relação interdisciplinar. In: FÓRUM DE PESQUISA CIENTÍFICA EM ARTE, 8., 2011. **Anais...** Curitiba: ArtEmbap, 2011. Disponível em: <[http://www.embap.pr.gov.br/arquivos/File/Forum/Anais\\_VIII/006\\_Danielly\\_Sandy\\_at\\_e\\_aqui.pdf](http://www.embap.pr.gov.br/arquivos/File/Forum/Anais_VIII/006_Danielly_Sandy_at_e_aqui.pdf)>. Acesso em: 1 jun. 2016.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Museus brasileiros e política cultural. **Revista brasileira de ciências sociais**. São Paulo, v. 19, n. 55, p. 53-73, jun. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v19n55/a04v1955.pdf>>. Acesso em: 9 jan. 2017.

SCHWARCZ, Lilia K. Moritz. A “era dos museus de etnografia” no Brasil: o museu paulista, o museu nacional e o museu paraense em finais do XIX. In: FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves; VIDAL, Diana Gonçalves (Org.). **Museus**: dos gabinetes de

curiosidades à museologia moderna. 2. ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013. p. 117-144.

SEMPRE MEMÓRIA. Museu da Memória do Judiciário Mineiro (MEJUD). Disponível em: <<http://museudojudiciariomineiro.com.br/o-museu/>>. Acesso em: 25 mar. 2017.

SILVA, Daiane Gaspareto da; LEMOS, Flávia Cristina Silveira; MONTEIRO, Eline Freire. Reflexões a respeito da história cultural e a análise de documentos. **Quaderns de Psicologia**. Barcelona, v. 16, n. 2, p. 73-82, 2014. Disponível em: <<http://www.quadernsdepsicologia.cat/article/view/v16-n2-silva-lemos-monteiro/pdf-pt>>. Acesso em: 2 jan. 2017.

SOTO, Moana. Os Museus e a Sociedade em Rede. **Revista Museologia e Patrimônio**, v. 3, n. 1, jan./jun. 2010. Disponível em: <<http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/viewFile/65/109>>. Acesso em: 15 mar. 2017.

SOUTO, Leonardo Fernandes. Disseminação seletiva de informações: discussão de modelos eletrônicos. **Encontros. Bibli: R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf.**, Florianópolis, n. esp., 1º sem. 2006. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2006v11nesp1p60/386>>. Acesso em: 3 jan. 2017.

\_\_\_\_\_. **Informação seletiva, mediação e tecnologia**: a evolução dos serviços de disseminação seletiva da informação. Rio de Janeiro: Interciência, 2010. 230 p.

SOUZA, Leila Bárbara Menezes; CARVALHO, Kátia de. Disseminação da informação sobre plantas medicinais: fontes formais, informais e eletrônicas. In: CARVALHO, Kátia de; SCHWARZELMÜLLER, Anna Friedericka (Org.). **O ideal de disseminar**: novas perspectivas, outras percepções. Salvador: EDUFBA, 2006. p. 115-127.

TERRA, Guilhermina de Melo. **Atuação do museu enquanto sistema aberto**: uma realidade possível. 2013. 372 f. Tese (Doutorado em Museologia) – Departamento de Ciências e Técnicas do Patrimônio da Faculdade de Letras da Universidade de Porto, Porto, 2013. Disponível em: <<https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/70336>>. Acesso em: 10 mar. 2017.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ. **Memórias dos 135 anos**: da Relação do Tribunal de Belém ao Tribunal de Justiça do Estado do Pará 1873-2008. Belém, 2008. 214 p.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **O Museu do memorial do judiciário**. Disponível em: <[https://www.tjrs.jus.br/site/poder\\_judiciario/historia/memorial\\_do\\_poder\\_judiciario/memorial\\_judiciario\\_gaucha/museu.html](https://www.tjrs.jus.br/site/poder_judiciario/historia/memorial_do_poder_judiciario/memorial_judiciario_gaucha/museu.html)>. Acesso em: 25 mar. 2017.

VIEIRA, Letycya Cristina Barbosa. Digitalização de documentos históricos: uma alternativa para a preservação e disseminação da memória e patrimônio cultural. In: ENCONTRO REGIONAL DE ESTUDANTES DE BIBLIOTECONOMIA,

DOCUMENTAÇÃO, CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO, 14., 2011, São Luiz. **Anais eletrônicos...** São Luiz: UFMA, 2011. Disponível em: <<http://rabci.org/rabci/node/231>>. Acesso em: 30 dez. 2016.